

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
 Exercício: 2018

Anexo XII, da Lei 4.320/64

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>					
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>		<b>15.310.707.581,00</b>	<b>16.466.010.788,17</b>	<b>16.473.578.147,80</b>	<b>7.567.359,63</b>
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>		<b>6.847.285.227,00</b>	<b>7.481.237.228,05</b>	<b>7.645.450.152,10</b>	<b>164.212.924,05</b>
IMPOSTOS		6.156.499.800,00	6.790.451.801,05	6.985.178.250,00	194.726.448,95
TAXAS		690.785.427,00	690.785.427,00	660.271.902,10	-30.513.524,90
<b>RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES</b>		<b>2.997.348.045,00</b>	<b>2.997.348.045,00</b>	<b>2.873.786.446,74</b>	<b>-123.561.598,26</b>
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		2.997.348.045,00	2.997.348.045,00	2.873.786.446,74	-123.561.598,26
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>		<b>654.970.618,00</b>	<b>657.970.618,00</b>	<b>555.424.306,73</b>	<b>-102.546.311,27</b>
RECEITAS IMOBILIÁRIAS		679.241,00	679.241,00	868.571,08	189.330,08
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		653.884.231,00	656.884.231,00	548.777.866,97	-108.106.364,03
RECEITAS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES		7.146,00	7.146,00	125.237,00	118.091,00
COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS		400.000,00	400.000,00	5.649.242,61	5.249.242,61
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	3.389,07	3.389,07
<b>RECEITA AGROPECUÁRIA</b>		<b>4.324,00</b>	<b>4.324,00</b>	<b>11.438,10</b>	<b>7.114,10</b>
RECEITA DE PRODUÇÃO VEGETAL		3.000,00	3.000,00	2.278,65	-721,35
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS		1.324,00	1.324,00	9.159,45	7.835,45
<b>RECEITA INDUSTRIAL</b>		<b>18.003.417,00</b>	<b>18.003.417,00</b>	<b>14.063.582,68</b>	<b>-3.939.834,32</b>
RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO		18.003.417,00	18.003.417,00	14.063.582,68	-3.939.834,32
<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>		<b>63.928.322,00</b>	<b>65.940.519,49</b>	<b>68.108.713,20</b>	<b>2.168.193,71</b>
RECEITA DE SERVIÇOS		63.928.322,00	65.940.519,49	68.108.713,20	2.168.193,71
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>		<b>4.393.998.676,00</b>	<b>4.903.260.654,63</b>	<b>4.906.652.334,65</b>	<b>3.391.680,02</b>
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		4.346.175.704,00	4.855.437.682,63	4.877.746.524,80	22.308.842,17
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		58.157,00	58.157,00	751.388,98	693.231,98
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS		0,00	0,00	34.975,70	34.975,70
TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS		42.007.258,00	42.007.258,00	28.119.445,17	-13.887.812,83
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>		<b>335.168.952,00</b>	<b>342.245.982,00</b>	<b>410.081.173,60</b>	<b>67.835.191,60</b>
MULTAS E JUROS DE MORA		112.424.963,00	114.474.963,00	157.451.699,28	42.976.736,28
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		99.939.370,00	104.966.400,00	150.548.888,70	45.582.488,70
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		70.838.318,00	70.838.318,00	33.130.134,46	-37.708.183,54
RECEITAS CORRENTES DIVERSAS		51.966.301,00	51.966.301,00	68.950.451,16	16.984.150,16
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>		<b>1.560.167.870,00</b>	<b>1.560.559.542,65</b>	<b>124.199.702,30</b>	<b>-1.436.359.840,35</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>		<b>1.328.830.000,00</b>	<b>1.328.830.000,00</b>	<b>61.324.082,54</b>	<b>-1.267.505.917,46</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		997.438.000,00	997.438.000,00	2.284.146,19	-995.153.853,81
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS		331.392.000,00	331.392.000,00	59.039.936,35	-272.352.063,65
<b>ALIENAÇÃO DE BENS</b>		<b>1.846.000,00</b>	<b>2.237.672,65</b>	<b>5.529.943,27</b>	<b>3.292.270,62</b>
ALIENAÇÃO DE BENS MOVEIS		1.846.000,00	2.237.672,65	5.462.883,00	3.225.210,35
ALIENAÇÃO DE BENS IMOVEIS		0,00	0,00	67.060,27	67.060,27
<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>		<b>194.290.322,00</b>	<b>194.290.322,00</b>	<b>18.312.282,11</b>	<b>-175.978.039,89</b>
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		31.730.499,00	31.730.499,00	8.376.452,24	-23.354.046,76
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		3.171.000,00	3.171.000,00	0,00	-3.171.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS		159.388.823,00	159.388.823,00	9.935.829,87	-149.452.993,13
<b>OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>35.201.548,00</b>	<b>35.201.548,00</b>	<b>39.033.394,38</b>	<b>3.831.846,38</b>
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		35.201.548,00	35.201.548,00	39.033.394,38	3.831.846,38
<b>Subtotal das receitas (III) = (I + II)</b>		<b>16.870.875.451,00</b>	<b>18.026.570.330,82</b>	<b>16.597.777.850,10</b>	<b>-1.428.792.480,72</b>
<b>Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV)</b>		<b>16.870.875.451,00</b>	<b>18.026.570.330,82</b>	<b>16.597.777.850,10</b>	<b>-1.428.792.480,72</b>
Déficit (VI)		-	-	-	-
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>		<b>16.870.875.451,00</b>	<b>18.026.570.330,82</b>	<b>16.597.777.850,10</b>	<b>-1.428.792.480,72</b>
<b>SALDOS EXER. ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>		-	<b>1.565.559.325,29</b>	<b>1.230.329.662,54</b>	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIO ANTERIORES		-	0,00	-	-
SUPERÁVIT FINANCEIRO	37	-	1.564.458.015,22	1.230.252.334,09	-
REABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS		-	1.101.310,07	77.328,45	-

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

ALAN JOHANSON

Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES

Contador CRC ES nº 011212/O-0

Vitória (ES), Sexta-feira, 29 de Março de 2019.

9

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
Exercício: 2018

Anexo XII, da Lei 4.320/64

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>		<b>13.585.680.091,00</b>	<b>15.252.091.864,02</b>	<b>14.307.620.813,06</b>	<b>14.096.545.728,03</b>	<b>13.916.997.095,20</b>	<b>944.471.050,96</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		9.561.886.358,08	10.109.765.174,10	9.730.696.635,21	9.727.261.293,63	9.714.602.632,61	379.068.538,89
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		378.220.282,00	336.452.993,79	328.252.451,60	328.252.451,60	328.252.451,60	8.200.542,19
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.645.573.450,92	4.805.873.696,13	4.248.671.726,25	4.041.031.982,80	3.874.142.010,99	557.201.969,88
<b>DESPESAS DE CAPITAL (IX)</b>		<b>2.287.385.672,00</b>	<b>3.606.075.929,77</b>	<b>1.660.799.302,65</b>	<b>1.346.643.180,59</b>	<b>1.314.340.385,03</b>	<b>1.945.276.627,12</b>
INVESTIMENTOS		1.565.944.067,00	2.805.090.683,33	1.085.496.941,13	771.340.819,07	741.532.583,02	1.719.593.742,20
INVERSÕES FINANCEIRAS		558.681.000,00	654.768.582,28	431.169.781,01	431.169.761,01	428.675.201,50	223.598.801,27
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		162.760.605,00	146.216.684,16	144.132.600,51	144.132.600,51	144.132.600,51	2.084.083,65
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)</b>		<b>246.340.227,00</b>	<b>2.092.401,32</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.092.401,32</b>
<b>Subtotal das Despesas (XI) = (VIII + IX + X)</b>		<b>16.119.405.990,00</b>	<b>18.860.260.195,11</b>	<b>15.968.420.115,71</b>	<b>15.443.188.908,62</b>	<b>15.231.337.480,23</b>	<b>2.891.840.079,40</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (XII)</b>		<b>165.981.461,00</b>	<b>146.381.461,00</b>	<b>146.017.840,69</b>	<b>146.017.840,69</b>	<b>146.017.840,69</b>	<b>363.620,31</b>
Amortização da Dívida Interna		165.981.461,00	146.381.461,00	146.017.840,69	146.017.840,69	146.017.840,69	363.620,31
Outras Dívidas		165.981.461,00	146.381.461,00	146.017.840,69	146.017.840,69	146.017.840,69	363.620,31
Amortização da Dívida Externa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+XII)</b>		<b>16.285.387.451,00</b>	<b>19.006.641.656,11</b>	<b>16.114.437.956,40</b>	<b>15.589.206.749,31</b>	<b>15.377.355.320,92</b>	<b>2.892.203.699,71</b>
Superávit (XIV)	41	-	-	483.339.893,70	-	-	-
<b>TOTAL (XV) = (XIII+XIV)</b>		<b>16.285.387.451,00</b>	<b>19.006.641.656,11</b>	<b>16.597.777.850,10</b>	<b>15.589.206.749,31</b>	<b>15.377.355.320,92</b>	<b>2.892.203.699,71</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>		<b>585.488.000,00</b>	<b>585.488.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>585.488.000,00</b>

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

**ALAN JOHANSON**  
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES  
Contador CRC ES nº 011212/O-0

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**ANEXO 1 – DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**  
Exercício: 2018

Anexo XII, da Lei 4.320/64

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
<b>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>						
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>10.197.327,54</b>	<b>182.567.989,22</b>	<b>114.676.407,92</b>	<b>113.773.654,10</b>	<b>62.140.065,03</b>	<b>16.851.597,63</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	600.735,97	4.654.633,41	1.768.649,76	1.768.649,76	3.455.775,26	30.944,36
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.596.591,57	177.913.355,81	112.907.758,16	112.005.004,34	58.684.289,77	16.820.653,27
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.232.756,04</b>	<b>169.804.223,09</b>	<b>120.766.246,86</b>	<b>118.191.588,01</b>	<b>47.843.876,89</b>	<b>5.001.514,23</b>
INVESTIMENTOS	1.232.756,04	169.804.223,09	120.766.246,86	118.191.588,01	47.843.876,89	5.001.514,23
<b>TOTAL</b>	<b>11.430.083,58</b>	<b>352.372.212,31</b>	<b>235.442.654,78</b>	<b>231.965.242,11</b>	<b>109.983.941,92</b>	<b>21.853.111,86</b>

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

**ALAN JOHANSON**  
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES  
Contador CRC ES nº 011212/O-0

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS**  
Exercício: 2018

Anexo XII, da Lei 4.320/64

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e) = (a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
<b>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS</b>					
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>26.436.755,39</b>	<b>198.615.880,26</b>	<b>172.790.651,77</b>	<b>9.601.213,60</b>	<b>42.660.770,28</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.034.346,30	11.463.128,95	11.181.581,28	547.244,21	768.649,76
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.402.409,09	187.152.751,31	161.609.070,49	9.053.969,39	41.892.120,52
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>18.532.879,88</b>	<b>39.801.018,86</b>	<b>41.587.572,38</b>	<b>2.305.174,63</b>	<b>14.441.151,73</b>
INVESTIMENTOS	17.202.198,52	39.191.393,50	41.081.688,36	1.788.898,42	13.523.005,24
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.330.681,36	609.625,36	505.884,02	516.276,21	918.146,49
<b>TOTAL</b>	<b>44.969.635,27</b>	<b>238.416.899,12</b>	<b>214.378.224,15</b>	<b>11.906.388,23</b>	<b>57.101.922,01</b>

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

**ALAN JOHANSON**  
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES  
Contador CRC ES nº 011212/O-0



Vitória (ES), Sexta-feira, 29 de Março de 2019.

11

Governo do Estado do Espírito Santo  
**ANEXO 13.1 - QUADRO ANEXO AO BALANÇO FINANCEIRO**  
Exercício: 2018

	2018			2017		
	Receita Orçamentária (a)	Deduções da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a-b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções da Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d-e)
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA (T)</b>	<b>21.606.462.910,08</b>	<b>-5.008.685.059,98</b>	<b>16.597.777.850,10</b>	<b>19.685.616.743,76</b>	<b>-4.547.535.801,26</b>	<b>15.138.080.942,50</b>
<b>Ordinária</b>	<b>11.122.807.664,37</b>	<b>-1.936.621.287,59</b>	<b>9.186.186.376,78</b>	<b>9.728.849.796,61</b>	<b>-1.767.539.275,25</b>	<b>7.961.310.521,36</b>
101 - RECURSOS ORDINÁRIOS	11.122.807.664,37	-1.936.621.287,59	9.186.186.376,78	9.728.849.796,61	-1.767.539.275,25	7.961.310.521,36
<b>Vinculada</b>	<b>10.483.655.245,71</b>	<b>-3.072.063.772,39</b>	<b>7.411.591.473,32</b>	<b>9.956.766.947,15</b>	<b>-2.779.996.526,01</b>	<b>7.176.770.421,14</b>
<b>Recursos Vinculados à Educação</b>	<b>1.633.441.827,73</b>	<b>-689,57</b>	<b>1.633.441.138,16</b>	<b>1.546.083.921,19</b>	<b>-364,94</b>	<b>1.546.083.556,25</b>
102 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	568.311.361,12	0,00	568.311.361,12	516.038.943,50	-364,94	516.038.578,56
113 - MANUT. E DESENV. EDUC. BÁSICA E VALOR. PROFIS. EDUCAÇÃO-FUNDEB (60%)	660.224.904,10	0,00	660.224.904,10	603.686.504,88	0,00	603.686.504,88
114 - MANUT. E DESENV. EDUC. BÁSICA E VALOR. PROFIS. EDUCAÇÃO-FUNDEB (40%)	305.664.734,34	0,00	305.664.734,34	294.759.178,60	0,00	294.759.178,60
131 - COTA PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	69.851.891,52	-689,57	69.851.201,95	70.050.469,63	0,00	70.050.469,63
146 - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	61.868,91	0,00	61.868,91	48.927,81	0,00	48.927,81
147 - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	13.035.406,26	0,00	13.035.406,26	22.576.815,54	0,00	22.576.815,54
148 - PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE	11.498,60	0,00	11.498,60	51.675,66	0,00	51.675,66
149 - PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO	154.390,27	0,00	154.390,27	209.831,59	0,00	209.831,59
151 - PROGRAMA DE APOIO SISTEMA DE ENSINO PARA ATENDIMENTO AO EJA	13.862,93	0,00	13.862,93	19.154,42	0,00	19.154,42
152 - PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL	8.310.573,71	0,00	8.310.573,71	36.565.938,38	0,00	36.565.938,38
165 - PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO - PRONATEC	7.801.335,97	0,00	7.801.335,97	2.076.481,18	0,00	2.076.481,18
<b>Recursos Vinculados à Saúde</b>	<b>1.841.134.599,04</b>	<b>-28.082,67</b>	<b>1.841.106.516,37</b>	<b>1.767.924.356,71</b>	<b>-1.149,99</b>	<b>1.767.923.206,72</b>
104 - AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	1.212.168.900,99	-3.233,10	1.212.165.667,89	1.129.383.595,18	0,00	1.129.383.595,18
134 - INCENTIVO SUS - UNIÃO	18.242.138,72	-24.849,57	18.217.289,15	19.113.641,05	-1.149,99	19.112.491,06
135 - SUS - PRODUÇÃO	610.723.559,33	0,00	610.723.559,33	619.427.120,48	0,00	619.427.120,48
<b>Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS</b>	<b>3.221.382.903,88</b>	<b>-52.469.327,13</b>	<b>3.168.913.576,75</b>	<b>3.067.010.807,06</b>	<b>-8.589.902,84</b>	<b>3.058.420.904,22</b>
270 - RECURSOS DA PREVIDÊNCIA	3.221.382.903,88	-52.469.327,13	3.168.913.576,75	3.067.010.807,06	-8.589.902,84	3.058.420.904,22
<b>Recursos Vinculados à Seguridade Social</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outras Destinações de Recursos</b>	<b>3.787.695.915,06</b>	<b>-3.019.565.673,02</b>	<b>768.130.242,04</b>	<b>3.575.747.862,19</b>	<b>-2.771.405.108,24</b>	<b>804.342.753,95</b>
112 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - DEC 2829-R, DE 17/08/11	303.510,76	0,00	303.510,76	425.889,83	0,00	425.889,83
115 - ALIENAÇÃO DE BENS	1.771.435,69	0,00	1.771.435,69	4.060.435,34	-245.400,00	3.815.035,34
116 - DEPÓSITOS JUDICIAIS - LEI 10.549, DE 1º JULHO DE 2016	33.208.230,43	0,00	33.208.230,43	4.166.582,52	0,00	4.166.582,52
133 - CONVÊNIO - UNIÃO	40.702.825,21	-177.640,06	40.525.185,15	52.854.457,74	-68.631,82	52.785.825,92
136 - TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS A MUNICÍPIOS	2.868.108.106,15	-2.868.108.106,15	0,00	2.612.951.366,35	-2.612.951.366,35	0,00
139 - DOAÇÕES	1.303.318,80	0,00	1.303.318,80	2.157.055,96	0,00	2.157.055,96
141 - CONVÊNIO COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS	768.216,00	0,00	768.216,00	605.307,13	0,00	605.307,13
142 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	29.558.541,28	-34.254,32	29.524.286,96	99.274.155,18	-45.130.154,26	54.144.000,92
143 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	62.384.499,19	0,00	62.384.499,19	90.534.242,96	0,00	90.534.242,96
144 - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS - CIDE	7.200.585,80	-7.200.585,80	0,00	8.985.767,41	-8.985.767,41	0,00
150 - PACTO NACIONAL PELA GESTÃO DAS ÁGUAS - PROGESTÃO	0,00	0,00	0,00	730.802,14	0,00	730.802,14
154 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	21.822.105,36	0,00	21.822.105,36	27.343.243,87	0,00	27.343.243,87
157 - INCENTIVO SUAS - UNIÃO	810.973,13	-12.311,62	798.661,51	2.734.250,28	0,00	2.734.250,28
159 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A FUNDOS	151.986.394,65	-1.083.625,74	150.902.768,91	118.546.483,12	-28.091,29	118.518.391,83
163 - RECURSOS LEI PELÉ	2.903.245,65	0,00	2.903.245,65	3.529.327,83	0,00	3.529.327,83
164 - TRANSFERÊNCIA A MUNICÍPIOS ROYALTIES LEI 8.308/06	141.766.376,69	-141.766.376,69	0,00	103.102.069,05	-103.102.069,05	0,00
166 - PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR	4.607.484,14	0,00	4.607.484,14	0,00	0,00	0,00
271 - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	391.241.106,34	-1.182.693,92	390.058.412,42	416.125.615,59	-878.659,41	415.246.956,18
272 - CONVÊNIO COM ÓRGÃOS FEDERAIS	20.473.073,82	-41,70	20.473.032,12	20.131.210,70	-310,34	20.130.900,36
273 - CONVÊNIO COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS	469,38	0,00	469,38	18.823,24	-9.344,14	9.479,10
274 - TRANSFERÊNCIA DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	5.517.292,79	-37,02	5.517.255,77	6.859.293,52	-1.850,06	6.857.443,46
275 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	1.258.123,80	0,00	1.258.123,80	525.706,55	0,00	525.706,55
671 - SUPERÁVIT FINANCEIRO - ARRECADADO PELO ÓRGÃO	0,00	0,00	0,00	85.775,88	-3.464,11	82.311,77
<b>TOTAL</b>	<b>21.606.462.910,08</b>	<b>-5.008.685.059,98</b>	<b>16.597.777.850,10</b>	<b>19.685.616.743,76</b>	<b>-4.547.535.801,26</b>	<b>15.138.080.942,50</b>

Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do ES - Gestão da SEFAZ

ALAN JOHANSON

Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES

Contador CRC ES nº 011212/O-0

## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício: 2018

Anexo XIV, da Lei 4.320/64

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>6.653.166.739,62</b>	<b>3.982.226.804,58</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.159.815.099,62</b>	<b>1.091.973.087,15</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	8	3.148.418.249,05	2.930.273.882,80	Obrigações Trab. Previd. e Assist. a Curto Prazo	19	220.930.665,38	132.264.704,55
Créditos a Curto Prazo		2.512.892.791,05	166.797.474,51	Pessoal a Pagar		177.283.628,14	91.261.434,38
Créditos Tributários a Receber	9.1	2.487.996.951,92	131.872.990,36	Benefícios Previdenciários a Pagar		76.008,43	0,00
Clientes	9.2	24.835.140,76	34.863.785,78	Encargos Sociais a Pagar		43.571.028,81	41.003.270,17
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	9.3	60.698,37	60.698,37	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	20	239.603.276,84	301.377.474,74
Demais Créditos e Valores de CP	10	583.991.464,95	505.377.007,13	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	21	150.811.818,77	159.035.875,60
Investimentos e Aplicações Temporárias a CP	11	185.199.962,03	155.258.438,39	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	22	3.414.297,71	3.296.698,99
Estoques	12	219.900.626,89	222.869.725,26	Obrigações de Repartição a Outros Entes	23	7.436.422,18	1.863.848,68
Ativo Não Circulante Mantido para Venda	13	2.002.989,97	0,00	Provisões a Curto Prazo	24	3.026.461,91	3.341.143,58
V.P.D. Pagas Antecipadamente	14	760.655,68	1.650.276,49	Provisões para Riscos Cíveis a Curto Prazo		1.036.255,20	1.036.255,20
				Outras Provisões a Curto Prazo		1.990.206,71	2.304.888,38
				Demais Obrigações a Curto Prazo	25	534.592.156,83	490.793.341,01
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>19.100.663.204,62</b>	<b>19.106.266.156,87</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>10.530.669.840,76</b>	<b>9.940.685.163,55</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		<b>2.306.110.120,49</b>	<b>3.190.319.574,62</b>	Obrigações Trab. Previd. e Assist. a Longo Prazo	19	450.580.681,37	544.762.608,91
Créditos a longo prazo		2.262.142.343,53	3.150.449.476,70	Pessoal a Pagar		92.518.712,50	160.065.451,18
Créditos Tributários a Receber	9.1	558.945.079,84	660.938.711,56	Encargos Sociais a Pagar		358.061.968,87	384.697.157,73
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	9.3	1.427.836.338,22	1.059.708.639,93	Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	20	6.207.028.222,94	5.935.145.855,89
Dívida Ativa Tributária	9.4	21.477.039.114,52	16.313.929.401,73	Provisões a Longo Prazo	24	3.873.060.936,45	3.460.776.698,75
Dívida Ativa não Tributária	9.5	154.953,71	137.938,22	Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	24.1	2.492.618.793,96	2.182.393.865,20
Créditos Previdenciários do RPPS		83.827,70	0,00	Outras Provisões a Longo Prazo	24.2	1.380.442.142,49	1.278.382.833,55
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	9.6	-21.201.916.970,46	-14.884.265.214,74				
Demais créditos e valores a LP	10	26.588.808,58	26.079.728,07	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>11.690.484.940,38</b>	<b>11.032.658.250,70</b>
Investimentos e Aplicações Temporárias a LP	15	17.378.968,38	13.790.369,85				
<b>Investimentos</b>		<b>8.149.688.145,45</b>	<b>7.352.217.781,16</b>				
Participações Permanentes		4.513.842.665,93	4.251.396.664,02				
Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	16.1	4.511.688.045,65	4.249.247.348,75				
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	16.2	2.154.620,28	2.149.315,27				
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	16.3	3.635.845.479,52	3.100.821.117,14	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>14.063.345.003,86</b>	<b>12.055.834.710,75</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>17</b>	<b>8.495.798.641,04</b>	<b>8.414.671.552,93</b>	Patrimônio Social/Capital Social		245.866.365,33	245.866.365,33
Bens Moveis		1.365.255.761,04	1.314.384.295,63	Adiant. Para Futuro Aumento de Capital		354.337,02	354.337,02
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumul. de Bens Móveis	17.1	-465.984.811,36	-46.160.012,85	Resultados Acumulados		13.817.124.301,51	11.809.614.008,40
Bens Imóveis		7.608.563.906,72	7.155.128.062,31	Resultado do Exercício		-4.540.719.859,45	-864.287.489,42
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumul. de Bens Imóveis	17.1	-12.036.215,36	-8.680.792,16	Resultado de Exercícios Anteriores		11.530.427.170,73	11.049.237.261,28
<b>Intangível</b>	<b>18</b>	<b>149.066.297,64</b>	<b>149.057.248,16</b>	Ajustes de Exercícios Anteriores	27.2	6.548.230.152,56	1.346.955.247,64
Softwares		157.843.755,77	161.717.700,69	Outros resultados		279.186.837,67	277.708.988,90
(-) Amortização Acumulada de softwares	18.1	-8.777.941,52	-12.660.935,92				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		483,39	483,39				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>25.753.829.944,24</b>	<b>23.088.492.961,45</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>25.753.829.944,24</b>	<b>23.088.492.961,45</b>

ATIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES				PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES			
ATIVO				PASSIVO			
ATIVO FINANCEIRO		7.294.921.928,77	6.552.936.423,91	PASSIVO FINANCEIRO		1.195.905.746,95	1.010.260.303,73
ATIVO PERMANENTE		18.458.908.015,47	16.535.556.537,54	PASSIVO PERMANENTE		10.998.655.376,87	10.362.785.277,65
<b>TOTAL DO ATIVO (I)</b>		<b>25.753.829.944,24</b>	<b>23.088.492.961,45</b>	<b>TOTAL PASSIVO (II)</b>		<b>12.194.561.123,82</b>	<b>11.373.045.581,38</b>
				<b>SALDO PATRIMONIAL (I-II)</b>		<b>13.559.268.820,42</b>	<b>11.715.447.380,07</b>

COMPENSAÇÕES		EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	COMPENSAÇÕES		EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
<b>Atos Potenciais Ativos</b>		<b>5.431.592.186,67</b>	<b>2.416.308.915,80</b>	<b>Atos Potenciais Passivos</b>		<b>19.394.547.459,67</b>	<b>19.201.754.638,49</b>
Garantias e Contragarantias Recebidas		173.295.487,62	160.149.671,25	Garantias e Contragarantias Concedidas		51.719.649,81	47.413.329,71
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		1.063.186.840,00	1.054.690.611,50	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		5.105.394.492,08	4.427.621.808,18
Direitos Contratuais		18.233.318,95	9.566.195,87	Obrigações Contratuais		10.044.462.416,15	11.380.830.494,78
Outros Atos Potenciais Ativos	29	4.176.876.540,10	1.191.902.437,18	Outros Atos Potenciais Passivos		4.192.970.901,63	3.345.889.005,82

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

ALAN JOHANSON

Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES  
Contador CRC ES nº 011212/O-0

Governador do Estado do Espírito Santo  
**ANEXO 14.1 - QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO**  
 Exercício: 2018

Fonte Completa	NOTA	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>FONTES DE RECURSOS</b>			
01 - Recursos Ordinários		939.490.561,42	753.643.783,61
02 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		85.124.848,67	36.272.695,41
04 - Ações e Serviços de Saúde		47.981.173,79	30.316.210,99
12 - Superávit Financeiro - dec. 2829-r de 17/08/11		5.059.312,90	4.755.802,14
13 - FUNDEB - 60%		0,00	5.972.673,58
14 - FUNDEB - 40%		9.447.507,77	22.381.684,49
15 - Alienação de Bens		2.795.738,76	1.648.886,95
16 - Depósitos Judiciais – LEI 10.549, DE 1º JULHO DE 2016		33.213.141,64	4.933.705,79
31 - Cota-Parte Estadual do Salário Educação		49.466.227,82	55.470.955,20
33 - Convênios - União		63.772.738,19	74.088.148,52
34 - Incentivo SUS - União		45.594.287,69	44.485.463,41
35 - SUS - Produção		45.602.139,28	57.027.412,78
36 - Transferências Constitucionais à Municípios		0,63	0,00
39 - Doações		11.737.784,95	10.497.318,65
41 - Convênios com Órgãos não Federais		2.362.740,53	1.002.385,18
42 - Operações de Crédito Internas		220.114.310,88	420.725.251,86
43 - Operações de Crédito Externas		25.708.906,10	15.938.323,48
46 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE		550.567,77	488.698,86
47 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE		16.788.720,08	19.747.537,40
48 - Programa Nacional Apoio Transporte Escolar - PNATE		131.995,44	241.664,45
49 - Programa Brasil Alfabetizado		2.789.194,38	2.634.804,11
50 - Pacto Nacional pela Gestão das Águas - PROGESTÃO		239,97	1.816.054,27
51 - Programa de Apoio Sistema de Ensino para Atendimento ao EJA		311.860,40	297.997,47
52 - Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral		21.372.749,10	28.334.059,85
54 - CIDE		2.326.470,72	1.184.374,35
57 - Incentivo SUAS - União		4.260.910,79	6.086.558,27
59 - Transferências Financeiras a Fundos		229.806.798,50	233.101.987,59
61 - FUNCOP		0,00	125.272,29
63 - Recursos Lei Pelé		3.539.697,89	2.857.205,36
65 - PRONAT		28.023.384,35	24.725.484,38
66 - Plano de Ações Articuladas - PAR		4.607.484,14	0,00
70 - Recursos da Previdência		3.816.491.799,03	3.251.547.144,93
71 - Arrecadado pelo Órgão		301.769.651,08	352.495.064,63
72 - Convênios com Órgãos Federais		40.012.001,06	44.743.833,98
73 - Convênios com Órgãos não Federais		1.403,85	11.750,15
74 - Transferências de Instituições Privadas		35.939.265,06	32.534.838,62
75 - Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – PROCOMITÊS		2.820.567,19	525.706,55
00 - Cauções e Valores Restituíveis		0,00	15.380,63
<b>Total das Fontes de Recursos</b>	<b>28</b>	<b>6.099.016.181,82</b>	<b>5.542.676.120,18</b>

Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do ES - Gestão da SEFAZ

**ALAN JOHANSON**

Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES

Contador CRC ES nº 011212/O-0

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**  
 Exercício:2018

Anexo XV, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	NOTA	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS AUMENTATIVAS</b>			
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>		<b>11.980.272.556,39</b>	<b>10.835.947.097,25</b>
Impostos	31	11.319.913.647,06	10.205.179.677,83
Taxas	31	660.358.909,33	630.767.419,42
<b>Contribuições</b>		<b>366.787.196,33</b>	<b>362.017.163,54</b>
Contribuições Sociais		366.787.196,33	362.017.163,54
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>		<b>77.533.993,38</b>	<b>71.253.706,16</b>
Venda de Mercadorias		114.975,04	105.838,92
Venda de Produtos		7.208.157,65	7.025.842,49
Exploração de Bens e Direitos, e Prestação de Serviços		70.210.860,69	64.122.024,75
<b>VPA - Financeiras</b>		<b>1.254.566.896,98</b>	<b>1.170.058.888,79</b>
Juros e Encargos de Mora		109.866.951,81	95.557.902,05
Variações Monetárias e Cambiais		255.440.997,48	171.074.601,02
Remuneração de D. Bancários e A. Financeiras		518.659.684,36	636.993.530,47
Outras Variações Pat. Aumentativas - Financeiras		370.599.263,33	266.432.855,25
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>31</b>	<b>5.688.725.239,76</b>	<b>4.879.011.283,95</b>
Transferências Intragovernamentais		24.506.490,94	10.049.045,57
Transferências Intergovernamentais		5.472.759.331,19	4.727.589.229,60
Transferências de Instituições Privadas		191.413.841,53	141.268.101,97
Transferências de Pessoas Físicas		45.576,10	104.906,81
<b>Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos</b>		<b>97.114.199,40</b>	<b>90.326.576,02</b>
Reavaliação de Ativos		0,00	1.809.502,93
Ganhos com Alienação		4.993.446,28	518.781,49
Ganhos com incorporação de Ativos		70.596.167,14	54.944.418,94
Ganhos com Desincorporação de Passivos		21.524.585,98	33.053.872,66
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>624.336.463,01</b>	<b>642.975.137,49</b>
Resultado Positivo de Participações		309.328.147,48	357.006.104,16
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas		9.044.627,34	43.108.322,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		305.963.688,19	242.860.711,33
<b>Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)</b>		<b>20.089.336.545,25</b>	<b>18.051.589.853,20</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS DIMINUTIVAS</b>			
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>		<b>4.788.769.357,67</b>	<b>4.410.598.433,77</b>
Remuneração a Pessoal		4.382.787.295,31	4.118.860.217,28
Encargos Patronais		70.191.805,82	56.762.967,49
Benefícios a Pessoal		305.533.150,27	190.480.127,33
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		30.257.106,27	44.495.121,67
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>		<b>2.856.757.063,05</b>	<b>2.652.052.732,26</b>
Aposentadoria e Reformas		2.346.844.792,95	2.168.936.805,37
Pensões		466.396.457,38	451.453.390,37
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		43.515.812,72	31.662.536,52
<b>Uso de Bens e Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>		<b>2.407.615.975,61</b>	<b>2.086.989.012,89</b>
Uso de Material de Consumo		704.639.620,31	580.927.303,27
Serviços		1.543.130.997,39	1.485.505.749,93
Depreciação, Amortização e Exaustão		159.845.357,91	20.555.959,69
<b>VPD - Financeiras</b>		<b>1.003.298.839,69</b>	<b>652.777.008,58</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		320.558.278,36	276.692.392,26
Juros e Encargos de Mora		560.450,08	796.627,56
Variações Monetárias e Cambiais		658.930.489,41	356.939.093,01
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras		23.249.621,84	18.348.895,75
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>		<b>6.619.377.867,43</b>	<b>5.797.633.746,69</b>
Transferências Intragovernamentais		2.296.897,30	6.630.798,40
Transferências Intergovernamentais		5.331.566.984,12	4.598.965.037,87
Transferências para Instituições Privadas		1.189.661.633,71	1.103.900.231,15
Transferências a Instituições Multigovernamentais		2.242.105,05	1.621.254,69
Transferências ao Exterior		400.612,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada a Entes		93.209.635,25	86.516.424,58
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>		<b>6.134.238.296,72</b>	<b>1.919.981.455,81</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		6.068.858.852,69	1.748.953.039,87
Perdas com alienação		7.841.050,85	17.607.834,64
Perdas Involuntárias		23.098.264,82	17.780.357,41
Desincorporação de Ativos		34.440.128,36	135.640.223,89
<b>Tributárias</b>		<b>145.484.490,39</b>	<b>143.001.203,13</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.693.873,17	1.943.464,66
Contribuições		142.790.617,22	141.057.738,47
<b>Custo das Mercadorias e dos Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>674.514.514,14</b>	<b>1.252.843.749,49</b>
Premiações		12.198.524,57	7.578.304,96
Resultado Negativo de Participações		10.528.568,29	66.180.383,42
Constituição das Provisões		421.328.865,04	948.759.995,25
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		147.937.534,11	160.017.984,73
<b>Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)</b>		<b>24.630.056.404,70</b>	<b>18.915.877.342,62</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)</b>	<b>32</b>	<b>-4.540.719.859,45</b>	<b>-864.287.489,42</b>

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

ALAN JOHANSON  
 Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES  
 Contador CRC ES nº 011212/O-0

Governou do Estado do Espírito Santo  
**ANEXO 18 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - (NBCASP)**

Exercício: 2018

	NOTA	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>			
<b>INGRESSOS</b>		<b>35.510.008.180,99</b>	<b>31.853.655.428,75</b>
Receitas Derivadas e Originárias		11.566.925.813,15	10.770.420.838,11
Transferências correntes recebidas		16.192.895.887,32	13.963.442.736,19
Outros ingressos operacionais		7.750.186.480,52	7.119.791.854,45
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>33.233.496.216,32</b>	<b>29.961.757.718,09</b>
Pessoal e Demais Despesas		13.875.308.949,47	12.769.514.555,73
Juros e Encargos da Dívida		328.252.451,60	288.837.356,36
Transferências concedidas		11.286.243.552,67	9.789.808.711,90
Outros Desembolsos Operacionais		7.743.691.262,58	7.113.597.094,10
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES (I)</b>		<b>2.276.511.964,67</b>	<b>1.891.897.710,66</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
<b>INGRESSOS</b>		<b>44.563.337,65</b>	<b>41.635.482,39</b>
Alienação de Bens		5.529.943,27	6.173.495,69
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		39.033.394,38	35.461.986,70
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>1.329.986.944,91</b>	<b>898.389.307,38</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante		681.602.581,34	498.814.845,61
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		397.301.876,92	361.308.639,02
Outros Desembolsos de Investimentos		251.082.486,65	38.265.822,75
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)</b>		<b>-1.285.423.607,26</b>	<b>-856.753.824,99</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
<b>INGRESSOS</b>		<b>85.664.855,81</b>	<b>152.989.044,49</b>
Operações de Crédito		61.324.082,54	88.870.091,22
Transferências de capital recebidas		18.312.282,11	63.520.506,49
Outros Ingressos de Financiamento		6.028.491,16	598.446,78
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>293.642.960,95</b>	<b>233.844.185,63</b>
Amortização/Refinanciamento da Dívida		290.150.441,20	233.425.908,92
Outros Desembolsos de Financiamento		3.492.519,75	418.276,71
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)</b>		<b>-207.978.105,14</b>	<b>-80.855.141,14</b>
<b>APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</b>		<b>783.110.252,27</b>	<b>954.288.744,53</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)</b>		<b>783.110.252,27</b>	<b>954.288.744,53</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL</b>	<b>34</b>	<b>6.186.353.438,33</b>	<b>5.232.064.693,80</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>34</b>	<b>6.969.463.690,60</b>	<b>6.186.353.438,33</b>

Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do ES - Gestão da SEFAZ

**ALAN JOHANSON**

Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES

Contador CRC ES nº 011212/O-0



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**ANEXO 1 – QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS**

Exercício: 2018

Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS</b>		
Receita Tributária	7.645.450.152,10	6.924.343.846,66
Receita de Contribuições	2.873.786.446,74	2.702.917.186,05
Receita Patrimonial	78.465.125,12	58.773.353,90
Receita Agropecuária	11.438,10	1.652,85
Receita Industrial	14.063.582,68	14.657.313,32
Receita de Serviços	68.108.713,20	60.312.484,48
Remuneração das Disponibilidades	476.959.181,61	660.639.417,42
Outras Receitas Derivadas e Originárias	410.081.173,60	348.775.583,43
<b>Total das Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>11.566.925.813,15</b>	<b>10.770.420.838,11</b>

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

**ALAN JOHANSON**

Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES

Contador CRC ES nº 011212/O-0

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**ANEXO 2 – QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS**

Exercício: 2018

Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS</b>		
Intergovernamentais	3.943.780.224,70	3.284.165.695,95
da União	3.939.901.488,67	3.277.803.366,17
de Municípios	3.878.736,03	6.362.329,78
Intragovernamentais	11.286.243.552,67	9.789.808.711,90
Outras Transferências Recebidas	962.872.109,95	889.468.328,34
Demais Transferências	0,00	0,00
<b>Total das Transferências Recebidas</b>	<b>16.192.895.887,32</b>	<b>13.963.442.736,19</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</b>		
Intergovernamentais	0,00	0,00
a União	0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
a Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	11.286.243.552,67	9.789.808.711,90
<b>Total das Transferências Concedidas</b>	<b>11.286.243.552,67</b>	<b>9.789.808.711,90</b>

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

**ALAN JOHANSON**

Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES

Contador CRC ES nº 011212/O-0

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**ANEXO 3 – QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO**

Exercício: 2018

Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

	Exercício Atual	Exercício Anterior
01 - LEGISLATIVA	344.416.187,95	299.590.618,72
02 - JUDICIÁRIA	1.030.630.297,58	976.342.752,33
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	467.677.987,35	459.478.665,61
04 - ADMINISTRAÇÃO	691.292.006,19	643.271.265,58
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	2.205.620.643,60	2.047.735.460,03
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	94.829.646,31	85.318.125,69
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.805.324.359,00	2.646.706.502,03
10 - SAÚDE	2.672.976.751,02	2.456.037.360,18
11 - TRABALHO	396.870,14	640.190,81
12 - EDUCAÇÃO	2.078.466.397,89	1.906.271.208,28
13 - CULTURA	35.997.857,94	29.353.518,70
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	574.037.415,41	496.732.194,78
15 - URBANISMO	8.733.422,81	9.559.767,93
16 - HABITAÇÃO	1.080.900,00	1.265.430,80
17 - SANEAMENTO	11.200,62	94.487,87
18 - GESTÃO AMBIENTAL	80.894.534,97	49.670.991,77
19 - CIÊNCIA E TECNOLOGIA	73.632.455,61	62.340.333,09
20 - AGRICULTURA	181.280.652,82	169.695.403,25
22 - INDÚSTRIA	9.239.454,03	8.314.196,74
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	30.228.550,56	29.826.621,09
24 - COMUNICAÇÕES	11.771.865,98	11.696.783,96
26 - TRANSPORTE	214.301.775,04	219.727.327,97
27 - DESPORTO E LAZER	19.875.643,78	16.592.028,69
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	242.592.072,87	143.253.319,83
<b>Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função</b>	<b>13.875.308.949,47</b>	<b>12.769.514.555,73</b>

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

**ALAN JOHANSON**

Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES

Contador CRC ES nº 011212/O-0

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**ANEXO 4 – QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA**

Exercício: 2018

Anexo XVIII, da Lei 4.320/64

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	290.438.869,95	264.891.708,63
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	32.310.074,67	20.484.939,47
Outros Encargos da Dívida	5.503.506,98	3.460.708,26
<b>Total dos Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>328.252.451,60</b>	<b>288.837.356,36</b>

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

**ALAN JOHANSON**

Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES

Contador CRC ES nº 011212/O-0

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercício: 2018

Anexo XIX, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	NOTA	Patrimônio Social/ Capital Social	Adto. p/ Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	TOTAL
<b>Saldos Iniciais</b>		<b>245.866.365,33</b>	<b>354.337,02</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11.809.614.008,40</b>	<b>0,00</b>	<b>12.055.834.710,75</b>
Ajustes de Exercícios Anteriores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.548.230.152,56	0,00	6.548.230.152,56
Aumento de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros sobre capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Exercício		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.540.719.859,45	0,00	-4.540.719.859,45
Ajustes de avaliação patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição/ Reversão de Reservas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos a distribuir		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Saldos Finais</b>	<b>35</b>	<b>245.866.365,33</b>	<b>354.337,02</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>13.817.124.301,51</b>	<b>0,00</b>	<b>14.063.345.003,86</b>

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

**ALAN JOHANSON**  
 Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES  
 Contador CRC ES nº 011212/O-0

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA**

Exercício: 2018

Anexo XVI, da Lei 4.320/64

CREDOR	ESTOQUE ANTERIOR AO ANO DE 2018	INSCRIÇÃO	ATUALIZAÇÃO	BAIXA	AMORTIZAÇÃO	ESTOQUE ATUAL
CT0403338 - CEF - MANEJO ÁGUAS I	677.504,18	2.211.979,33	-410,48	0,00	50.163,30	2.838.909,73
CT0403339 - CEF - MANEJO ÁGUAS II	567.850,86	54.801,65	36,55	0,00	17.268,23	605.420,83
CT0403340 - CEF - MANEJO ÁGUAS III	971.491,41	0,00	0,00	0,00	26.885,68	944.605,73
CT2596671 - CEF - PRÓ-MORADIA I	1.301.410,61	0,00	0,02	0,00	99.054,32	1.202.356,31
CT2596672 - CEF - PRÓ-MORADIA II	1.051.358,50	17.365,21	0,01	0,00	72.239,40	996.484,32
CT2596673 - CEF - PRÓ-MORADIA III	2.247.870,23	0,00	-0,01	0,00	151.948,15	2.095.922,07
CT2596674 - CEF - PRÓ-MORADIA IV	3.208.936,02	0,00	0,00	0,00	214.663,21	2.994.272,81
CT2596675 - CEF - PRÓ-MORADIA V	548.591,75	0,00	0,00	0,00	39.956,26	508.635,49
CT2596676 - CEF - PRÓ-MORADIA VI	1.974.460,40	0,00	-0,01	0,00	143.808,32	1.830.652,07
CT2596677 - CEF - PRÓ-MORADIA VII	1.759.477,30	0,00	0,01	0,00	129.555,91	1.629.921,40
CT0394996 - CEF - FINISA	354.368.846,57	0,00	2.439.124,67	0,00	1.980.311,64	354.827.659,60
<b>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL</b>	<b>368.677.797,83</b>	<b>2.284.146,19</b>	<b>2.438.750,76</b>	<b>0,00</b>	<b>2.925.854,42</b>	<b>370.474.840,36</b>
CT0821039 - BNDES - SAÚDE	43.269.733,75	58.640,10	213.091,65	0,00	23.678.661,93	19.862.803,57
CT1020079 - BNDES - PEF II	28.941.119,09	46.701,99	157.925,80	0,00	11.614.210,18	17.531.536,70
CT0921536 - BNDES - TRANSCOL IV	60.176.655,86	107.649,65	328.371,73	0,00	24.149.181,17	36.463.496,07
CT1221155 - BNDES - PRODES	2.364.398.733,70	6.099.507,97	16.361.602,04	0,00	0,00	2.386.859.843,71
CT1212601 - BNDES - BRT	56.242.762,20	156.055,75	374.928,46	0,00	3.913.958,27	52.859.793,14
<b>BANCO NAC. DE DES. ECON. SOCIAL S.A</b>	<b>2.553.029.009,60</b>	<b>6.468.555,46</b>	<b>17.435.919,68</b>	<b>0,00</b>	<b>63.356.011,55</b>	<b>2.513.577.473,19</b>
<b>INSS</b>	<b>1.291.256,56</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>938.637,50</b>	<b>352.619,06</b>	<b>0,00</b>
UG 280203 - PRODEST	98.079,06	0,00	0,00	16.346,51	81.732,55	0,00
UG 310203 - CEASA	1.193.177,50	0,00	0,00	922.290,99	270.886,51	0,00
<b>PASEP</b>	<b>75.143.960,09</b>	<b>0,00</b>	<b>2.773.171,86</b>	<b>0,00</b>	<b>5.340.962,14</b>	<b>72.576.169,81</b>
UG 600201 - IPAJM	75.143.960,09	0,00	2.773.171,86	0,00	5.340.962,14	72.576.169,81
<b>PARCELAMENTOS A PAGAR</b>	<b>76.435.216,65</b>	<b>0,00</b>	<b>2.773.171,86</b>	<b>938.637,50</b>	<b>5.693.581,20</b>	<b>72.576.169,81</b>
<b>(A) TOTAL NÃO INCLuíDO NO REFINANCIAMENTO:</b>	<b>2.998.142.024,08</b>	<b>8.752.701,65</b>	<b>22.647.842,30</b>	<b>938.637,50</b>	<b>71.975.447,17</b>	<b>2.956.628.483,36</b>
CT0000698 - UNIÃO - B. BRASIL	1.376.359.569,02	0,00	66.793.669,71	0,00	21.754.554,53	1.421.398.684,20
CT0007546 - UNIÃO - BB - COHAB	926.253.452,43	0,00	17.052.632,46	875.321.468,53	32.768.653,63	35.215.962,73
CT051910448 - UNIAO/CEF/COHAB 11		852.771.379,50	26.075.977,16		15.226.050,07	863.621.306,59
<b>UNIÃO</b>	<b>2.302.613.021,45</b>	<b>852.771.379,50</b>	<b>109.922.279,33</b>	<b>875.321.468,53</b>	<b>69.749.258,23</b>	<b>2.320.235.953,52</b>
CT0005527 - BANESES	51.206.580,27	0,00	2.472.682,47	0,00	53.679.262,74	0,00
<b>FUNDAÇÃO BANESES E SEG. SOCIAL</b>	<b>51.206.580,27</b>	<b>0,00</b>	<b>2.472.682,47</b>	<b>0,00</b>	<b>53.679.262,74</b>	<b>0,00</b>
<b>PASEP</b>	<b>324.765.453,31</b>	<b>0,00</b>	<b>-0,05</b>	<b>0,00</b>	<b>22.589.319,72</b>	<b>302.176.133,54</b>
800102 - ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEFAZ	324.765.453,31	0,00	-0,05	0,00	22.589.319,72	302.176.133,54
<b>PARCELAMENTOS A PAGAR</b>	<b>324.765.453,31</b>	<b>0,00</b>	<b>-0,05</b>	<b>0,00</b>	<b>22.589.319,72</b>	<b>302.176.133,54</b>
<b>(B) TOTAL DE REFINANCIAMENTO:</b>	<b>2.678.585.055,03</b>	<b>852.771.379,50</b>	<b>112.394.961,75</b>	<b>875.321.468,53</b>	<b>146.017.840,69</b>	<b>2.622.412.087,06</b>
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>195.873.474,89</b>	<b>7.646.507,63</b>	<b>749.855,07</b>	<b>50.142.482,12</b>	<b>34.065.807,00</b>	<b>120.061.548,47</b>
020101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	4.958.330,17	0,00	93.160,63	18.791,08	701.982,72	4.330.717,00
030101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	45.897.327,37	46.159,63	656.694,44	5.301.660,20	15.209.391,33	26.089.129,91
050101 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	138.817.599,26	5.225.374,96	0,00	44.822.030,84	18.154.432,95	81.066.510,43
600210 - FUNDO FINANCEIRO	6.200.218,09	2.374.973,04	0,00	0,00	0,00	8.575.191,13
<b>PRECATÓRIOS A PAGAR</b>	<b>54.458.850,59</b>	<b>171.335.918,05</b>	<b>756.006,37</b>	<b>2.952.501,52</b>	<b>57.068.249,79</b>	<b>166.530.023,70</b>
280202 - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL	0,00	454.942,28	0,00	0,00	0,00	454.942,28
310201 - INST. DE DEFESA AGROP. E FLORESTAL DO ESPÍRITO SANTO	0,00	50.342,10	0,00	0,00	0,00	50.342,10
310202 - INST. CAPIXABA DE PESQ., ASSIST. TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	0,00	709.012,45	0,00	0,00	0,00	709.012,45
350201 - DEPART. DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ES	16.797.829,32	4.482.071,19	0,00	44.280,92	20.023.409,57	1.212.210,02
410201 - INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	0,00	51.972,06	0,00	0,00	0,00	51.972,06
450202 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	0,00	40.629,52	0,00	0,00	0,00	40.629,52
480201 - INST. DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ES	0,00	440.651,70	0,00	0,00	0,00	440.651,70
800102 - ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEFAZ	37.661.021,27	165.106.296,75	756.006,37	2.908.220,60	37.044.840,22	163.570.263,57
<b>(C) OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>250.332.325,48</b>	<b>178.982.425,68</b>	<b>1.505.861,44</b>	<b>53.094.983,64</b>	<b>91.134.056,79</b>	<b>286.591.572,17</b>
<b>TOTAL GERAL DA DÍVIDA INTERNA (A + B + C)</b>	<b>5.927.059.404,59</b>	<b>1.040.506.506,83</b>	<b>136.548.665,49</b>	<b>929.355.089,67</b>	<b>309.127.344,65</b>	<b>5.865.632.142,59</b>

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

**ALAN JOHANSON**  
 Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES  
 Contador CRC ES nº 011212/O-0

Vitória (ES), Sexta-feira, 29 de Março de 2019.

19

Govorno do Estado do Espírito Santo  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA EXTERNA**  
 Exercício: 2018

Anexo XVI, da Lei 4.320/64

	ESTOQUE ANTERIOR AO ANO DE 2018	INSCRIÇÃO	ATUALIZAÇÃO	BAIXA	AMORTIZAÇÃO	ESTOQUE ATUAL
CT0001002 - BID - PRES II	137.778.200,00	0,00	21.954.450,00	0,00	17.333.750,00	142.398.900,00
CT0002483 - BID - PRES III	527.209.972,71	14.040.774,61	88.839.741,96	0,00	32.177.707,31	597.912.781,97
CT0002245 - BID - PROFAZ	51.377.831,75	0,00	6.520.064,77	0,00	3.967.894,19	53.930.002,33
CT00000002 - BID - ESTADO PRESENTE/SEGURANÇA CIDADÃ	0,00	21.773.161,74	784.765,29	0,00	0,00	22.557.927,03
<b>SUBTOTAL - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID (I)</b>	<b>716.366.004,46</b>	<b>35.813.936,35</b>	<b>118.099.022,02</b>	<b>0,00</b>	<b>53.479.351,50</b>	<b>816.799.611,33</b>
CT0007248 - BIRD - ÁGUAS LIMPAS I	34.666.517,36	0,00	5.296.423,06	0,00	10.990.285,12	28.972.655,30
CT0007655 - BIRD - ÁGUAS LIMPAS II	184.014.116,00	0,00	31.094.066,65	0,00	9.815.466,45	205.292.716,20
CT0008353 - BIRD - GESTÃO INTEG. DE ÁGUAS E PAISAGENS	25.950.283,66	23.226.000,00	142.101.966,22	0,00	0,00	191.278.249,88
<b>SUBTOTAL - BANCO INT. P/ RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD (II)</b>	<b>244.630.917,02</b>	<b>23.226.000,00</b>	<b>178.492.455,93</b>	<b>0,00</b>	<b>20.805.751,57</b>	<b>425.543.621,38</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>960.996.921,48</b>	<b>59.039.936,35</b>	<b>296.591.477,95</b>	<b>0,00</b>	<b>74.285.103,07</b>	<b>1.242.343.232,71</b>

Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do ES - Gestão da SEFAZ

**ALAN JOHANSON**  
 Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES  
 Contador CRC ES nº 011212/O-0

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE**

Exercício: 2018

Anexo XVII, da Lei 4.320/64

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>646.828.532,19</b>	<b>737.082.635,48</b>	<b>568.005.137,81</b>	<b>815.906.029,86</b>
<b>EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>646.828.532,19</b>	<b>0,00</b>	<b>568.005.137,81</b>	<b>78.823.394,38</b>
PROCESSADOS	272.431.587,59	0,00	223.606.812,43	48.824.775,16
NÃO PROCESSADOS	374.396.944,60	0,00	344.398.325,38	29.998.619,22
<b>EXERCÍCIO ATUAL</b>	<b>0,00</b>	<b>737.082.635,48</b>	<b>0,00</b>	<b>737.082.635,48</b>
PROCESSADOS	0,00	211.851.428,39	0,00	211.851.428,39
NÃO PROCESSADOS	0,00	525.231.207,09	0,00	525.231.207,09
<b>SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
SERVIÇO DA DÍVIDA A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEMAIS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>383.080.394,29</b>	<b>8.287.383.986,27</b>	<b>8.274.285.369,51</b>	<b>396.179.011,05</b>
CONSIGNAÇÕES	17.566.115,48	2.377.317.894,10	2.372.634.668,81	22.249.340,77
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	35.241.178,47	4.966.283.637,78	4.964.347.103,13	37.177.713,12
RECURSOS VINCULADOS	21.655.234,16	21.450.046,79	18.220.828,04	24.884.452,91
VALORES A REPASSAR - DETRAN	58.062.495,65	116.154.960,06	106.476.271,20	67.741.184,51
CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS	219.020.345,06	292.083.394,98	297.286.023,64	213.817.716,40
PENAS PECUNIÁRIAS	11.335.194,17	7.033.695,18	4.474.470,05	13.894.419,30
RECEITAS PENDENTES	1.294.237,70	390.632.446,87	390.593.118,31	1.333.566,26
RESTITUIÇÕES DE RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	150.986,96	12.077.568,92	12.074.593,64	153.962,24
OUTRAS OBRIGAÇÕES	18.754.606,64	104.350.341,59	108.178.292,69	14.926.655,54
<b>TOTAL</b>	<b>1.029.908.926,48</b>	<b>9.024.466.621,75</b>	<b>8.842.290.507,32</b>	<b>1.212.085.040,91</b>

FONTE: Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

**ALAN JOHANSON**  
 Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES  
 Contador CRC ES nº 011212/O-0

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
NOTAS EXPLICATIVAS****BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****1. Contexto Operacional**

O Governo do Estado do Espírito Santo é uma pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 27.080.530/0001-43, tendo a sua sede administrativa situada em Vitória/ES, na Praça João Clímaco, 142 – Cidade Alta, Centro.

As ações desenvolvidas pelo Estado estão agrupadas nas seguintes funções de governo previstas na Portaria Ministerial nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Orçamento e Gestão: Legislativa, Judiciária, Essencial à Justiça, Administração, Segurança Pública, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços, Comunicação, Energia, Transportes, Desporto e Lazer, e Encargos Especiais.

Conforme o disposto no art. 35 do Decreto Estadual Nº 4330-R/2018, do Governo do Estado do Espírito Santo, as Demonstrações Contábeis consolidadas têm por base exclusivamente os atos e fatos registrados no Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo (SIGEFES) pelos órgãos, entidades e fundos da Administração Pública Estadual.

As Demonstrações Contábeis elaboradas e divulgadas pelo Estado do Espírito Santo são compostas pelas Demonstrações elencadas na Lei nº 4.320/64, com as modificações da Portaria STN nº 438/2012, que modificou a estrutura desses documentos em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público e pelas Demonstrações exigidas pela NBCT 16.6, que são:

- a) Balanço Orçamentário (BO);
- b) Balanço Financeiro (BF);
- c) Balanço Patrimonial (BP);
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- e) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- f) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- g) Notas Explicativas (NE).

As referidas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2018, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro do referido ano.

**2. Relação das Empresas Controladas pelo Estado do Espírito Santo**

São controladas diretamente pelo Governo do Estado do Espírito Santo aquelas empresas das quais o Estado detenha mais de 50% das ações ordinárias, isto é, as ações com direito a voto. Em relação ao ente controlador, depois da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), essas empresas são classificadas em dependentes e não dependentes. No exercício de 2018, são:

**a) Empresas Estatais Dependentes**

I - Centrais de Abastecimento do Espírito Santo – CEASA

**b) Empresas Estatais Não Dependentes**

I - Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN

II - Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo – BANDES

III - Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES

IV - Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória – CETURB

V - Companhia de Habitação e Urbanização do Espírito Santo – COHAB (Em Liquidação)

www.dio.es.gov.br

AO LONGO DA NOSSA HISTÓRIA **JÁ MUD@MOS** DE NOME, SEDE E PROJETO GRÁFICO. COM NOSSO MEIO DE INFORMAR NÃO PODERIA SER **DIFERENTE.**

DIÁRIO OFICIAL 100% DIGITAL

DESDE 1890 O QUE FAZ O ESPÍRITO SANTO SE DESENVOLVER SAI PRIMEIRO AQUI.

IMPrensa OFICIAL ES GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Vitória (ES), Sexta-feira, 29 de Março de 2019.

21

### 3. Relação dos Órgãos e Entidades Consolidados nas Demonstrações Contábeis do Exercício de acordo com a Lei Estadual nº 10.784, de 19 de dezembro de 2017 (Lei Orçamentária Anual – LOA)

Código	Mnemônico	Nome	CNPJ	Cód. Órgão	Órgão
010101	ALEES	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	360462170000180	01	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
020101	TRIBUNAL DE CONTAS	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	28483014000122	02	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
030101	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	27476100000145	03	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
030901	FUNEPJ	FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	20868995000114	03	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
050101	MINISTÉRIO PÚBLICO	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	02304470000174	05	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
050901	FERIDL	FUNDO ESTADUAL DE REPARAÇÃO DOS INTERESSES DIFUSOS LESADOS		05	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
050902	FUNEMP	FUNDO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO	18542218000133	05	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
060101	DEFENSORIA PÚBLICA	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	00671513000124	06	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
060901	FADEPES	FUNDO DE APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA	19690110000150	06	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
100101	CASA CIVIL	SECRETARIA DA CASA CIVIL	27080530000739	10	GOVERNADORIA DO ESTADO
100102	CASA MILITAR	SECRETARIA DA CASA MILITAR	27080530000305	10	GOVERNADORIA DO ESTADO
100103	SECONT	SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA	31777550000145	10	GOVERNADORIA DO ESTADO
100104	SECOM	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	36387900000180	10	GOVERNADORIA DO ESTADO
100109	SEG	SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO	27080530001204	10	GOVERNADORIA DO ESTADO
100201	RTV	RÁDIO E TELEVISÃO ESPÍRITO SANTO	36049641000188	10	GOVERNADORIA DO ESTADO
100904	FEC	FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A CORRUPÇÃO	27173272000140	10	GOVERNADORIA DO ESTADO
160101	PGE	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	27080530000909	16	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
160901	FUNCAD	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E INCENTIVO A COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA E DE REESTRUT. ADM. DA PGE	19797818000105	16	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
190101	VICE	VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO	51795560000103	19	VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO
190901	FESAD	FUNDO ESTADUAL SOBRE DROGAS	20664213000130	19	VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO
220101	SEFAZ	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	27080571000130	22	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
220202	JUCRES	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	28152080000110	22	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
220901	FUNSEFAZ	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO FAZENDÁRIO	20222812000199	22	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
270101	SEP	SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO	27080548000145	27	SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO
270201	IJSN	INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES	27316918000109	27	SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO
270901	FUMDEVIT	FUNDO METROPOLITANO DESENVOLVIMENTO DA GRANDE VITÓRIA	20354589000133	27	SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO
270902	FEADM	FUNDO ESTADUAL DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	19117922000101	27	SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO
280101	SEGER	SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS	07162270000148	28	SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS
280201	ESESP	ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO	35964162000124	28	SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS
280202	DIO	DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL	28161362000183	28	SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS
280203	PRODEST	INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO	28162790000120	28	SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS
300101	SEDES	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO	04215397000190	30	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
300203	IPEM-ES	INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	06028316000178	30	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
300205	ADERES	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDORISMO	01683866000107	30	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
300207	ARSP	AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	26064356000182	30	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
300902	FUNDESUL	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO SUL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	28225834000114	30	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO
310101	SEAG	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA	27080555000147	31	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA
310201	IDAF	INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESPÍRITO SANTO	02254666000100	31	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA
310202	INCAPER	INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	27273416000130	31	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA
310203	CEASA-ES	CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESPÍRITO SANTO	27064062000113	31	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA
310901	FEAC	FUNDO ESPECIAL DE APOIO AO PROGRAMA CAMINHO DO CAMPO	22938126000144	31	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA
310902	FUNSAF	FUNDO SOCIAL DE APOIO A AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	22938113000175	31	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA
310903	FEAP	FUNDO ESPECIAL DE APOIO AO PROGRAMA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	24798477000122	31	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA
310904	FEACME	FUNDO ESTAD. DE APOIO À CONSERV. E MANUT. DAS ESTRADAS QUE INT. O PROGR. CAMINHOS DO CAMPO	29537423000127	31	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA
320101	SECTI	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	06656711000103	32	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
320202	FAPES	FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO	07296722000184	32	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
320901	FUNCITEC	FUNDO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	02504742000180	32	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
320902	FDI	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS INOVADORAS	18597836000180	32	SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
350101	SETOP	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS	27142033000122	35	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS
350201	DER-ES	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	04889717000197	35	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS
350208	IOPES	INSTITUTO DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	08696369000192	35	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS
350901	FEP	FUNDO ESPECIAL PARA CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS ESTADUAIS	23330213000187	35	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS
350902	FUNDER	FUNDO ESPECIAL DE APOIO AO PROGRAMA INTERIOR CAPIXABA	26616944000181	35	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS
360101	SEDURB	SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	08673715000117	36	SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO
360901	FEHAB	FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	20354720000162	36	SECRETARIA DE ESTADO DE SANEAMENTO, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO
370101	SETUR	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO	08750791000189	37	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO
370901	FUNTUR	FUNDO DE FOMENTO DO TURISMO	21902751000173	37	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO
390101	SESPORT	SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E LAZER	07412119000110	39	SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E LAZER
390901	PRÓ-ESPORTE	FUNDO DE INCENTIVO AO ESPORTE E LAZER DO ESPÍRITO SANTO	20639872000101	39	SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E LAZER
400101	SECULT	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	01062213000100	40	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
400102	APES	ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	31729742000186	40	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
400901	FUNCULTURA	FUNDO DE CULTURA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	20310626000101	40	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
410101	SEAMA	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	31752645000104	41	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
410201	IEMA	INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	05200358000181	41	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
410202	AGERH	AGÊNCIA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS	19481436000178	41	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
410901	FUNDEMA	FUNDO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	20846927000154	41	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
410902	FUNDÁGUA	FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS E FLORESTAIS DO ESPÍRITO SANTO	20355058000165	41	SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Código	Mnemônico	Nome	CNPJ	Cód. Órgão	Órgão
420101	SEDU	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	27080563000193	42	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
420120	FUNDEB	FUNDO MANUT. E DESENV. EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZ. DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO -FUNDEB		42	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
420201	FAMES	FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO	30965214000163	42	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
420901	FUNPAES	FUNDO ESTADUAL DE APOIO À AMPLIAÇÃO E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE OFERTA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	29954361000159	42	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
440101	SESA	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	27080605000196	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440901	FES	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	06893466000140	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440910	HINSG	HOSPITAL INFANTIL NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	27080605002059	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440911	HDS	HOSPITAL DOUTOR DORIO SILVA	27080605001591	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440912	HAB	HOSPITAL ADALTO BÔTELHO	27080605001400	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440913	CREFES	CENTRO DE REABILITAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	27080605001087	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440914	HABF	HOSPITAL ANTONIO BEZERRA DE FARIAS	27080605000943	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440915	HSL	HOSPITAL SÃO LUCAS	27080605000277	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440916	HMSA	HOSPITAL E MATERNIDADE SILVIO AVIDOS	27080605001672	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440917	HRAS	HOSPITAL DOUTOR ROBERTO ARNIZAUT SILVARES	27080605000358	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440918	CAPAAC	CENTRO DE ATENDIMENTO PSQUIÁTRICO ARISTIDES ALEXANDRE CAMPOS	27080605000862	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440919	CPF	COLÔNIA PEDRO FONTES	27080605001320	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440920	HORC	HOSPITAL DOUTORA RITA DE CÁSSIA	27080605001915	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440921	ULJM	UNIDADE INTEGRADA JERÔNIMO MONTEIRO	27080605000781	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440922	HSJC	HOSPITAL SÃO JOSÉ DO CALÇADO	27080605000609	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440923	HJSN	HOSPITAL JOÃO DOS SANTOS NEVES	27080605001834	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440924	HIMABA	HOSPITAL INFANTIL E MATERNIDADE ALZIR BERNARDINO ALVES	27080605001168	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440926	SRSCI	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DE CACHOEIRO ITAPEMIRIM	27080605000510	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440927	SRSSM	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO MATEUS	27080605000439	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440928	SRSC	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DE COLATINA	27080605001753	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
440929	SRSV	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SAÚDE DE VITÓRIA	27080605001249	44	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
450101	SESP	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	27142025000186	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450102	PCES	POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	27470897000173	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450103	PMES	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	27476373000190	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450104	CBMES	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	02133636000137	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450105	DSPM	DIRETORIA DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR	04371703000187	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450106	CEPEC	COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	20113851000158	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450202	DETRAN-ES	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	28162105000166	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450901	FUNREPOCI	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO DA POLÍCIA CIVIL	01449136000146	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450902	FUNREPOM	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO DA POLÍCIA MILITAR	01809448000113	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450903	FSPMES	FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR ESPÍRITO SANTO	39352786000141	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450904	FUNREBOM	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO BOMBEIROS MILITAR DO ESPÍRITO SANTO	02489503000106	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
450905	FUNPDEC-ES	FUNDO DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO ESTADO	21997053000107	45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
460101	SEJUS	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA	36388023000162	46	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
460202	PROCON-ES	INSTITUTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	08109446000160	46	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
460901	FTP	FUNDO DE TRABALHO PENITENCIÁRIO	31677776000174	46	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
460903	FUNPEN	FUNDO PENITENCIÁRIO ESTADUAL	20516616000127	46	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
460904	FEDC	FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	02397642000100	46	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
470101	SETADES	SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	03252312000180	47	SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
470901	FEAS	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	01076895000100	47	SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
470904	FUNCOP	FUNDO ESTADUAL DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA OBESIDADE	15833032000145	47	SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
480101	SEDH	SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS	25217366000148	48	SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
480201	IASES	INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO	30967111000132	48	SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
480901	FIA	FUNDO PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA	19077054000183	48	SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
480902	FPEI	FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA LÉSSA	23996245000116	48	SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
480903	FESAD	FUNDO ESTADUAL SOBRE DROGAS	20604213000130	48	SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS
600201	IPAJM	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	29986312000106	60	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
600210	FUNDO FINANCEIRO	FUNDO FINANCEIRO	20309963000189	60	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
600211	FUNDO PREVIDENCIÁRIO	FUNDO PREVIDENCIÁRIO	20756106000127	60	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
700101	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS - PREC. ESTADUAIS	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS - PRECATÓRIOS ESTADUAIS	27476100000145	70	ENCARGOS GERAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO
700102	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS - PREC. MUNICIPAIS	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS - PRECATÓRIOS MUNICIPAIS	27476100000145	70	ENCARGOS GERAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO
700103	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS - PENAS PECUNIÁRIAS	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS - PENAS PECUNIÁRIAS		70	ENCARGOS GERAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO
700104	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS - PREC. FEDERAIS	SENTENÇAS JUDICIÁRIAS - PRECATÓRIOS FEDERAIS		70	ENCARGOS GERAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO
800101	ENCARGOS GERAIS - SEGER	ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEGER		80	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
800102	ENCARGOS GERAIS - SEFAZ	ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEFAZ	27080530000143	80	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
800104	ENCARGOS GERAIS - SEP	ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEP		80	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
900001	SETORIAL ORÇAMENTÁRIA	SETORIAL ORÇAMENTÁRIA		90	ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
900003	GEFIN - SEFAZ	GERÊNCIA GERAL DE FINANÇAS - SEFAZ		90	ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
900101	RESERVA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo / SEFAZ-ES

#### 4. Cisões, Fusões, Extinções, Incorporações e Transformações

A Lei Complementar nº 883/2017, do Governo do Estado do Espírito Santo, vinculou a gestão do Fundo Estadual sobre Drogas à Secretaria de Estado de Direitos Humanos – SEDH. Antes, a gestão do fundo era vinculada a Vice Governadoria do Estado.

A Lei Complementar nº 10.787/2017, do Governo do Estado do Espírito Santo, criou o Fundo Estadual de Apoio à Ampliação e Melhoria das Condições de Oferta da Educação Infantil no Espírito Santo – FUNPAES, com a finalidade de ampliar e melhorar o acesso à educação das crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, mediante transferência financeira a municípios capixabas signatários do Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo.

A Lei Complementar nº 10.795/2017, do Governo do Estado do Espírito Santo, criou o Fundo Estadual de Apoio à Conservação e Manutenção das Estradas que Integram o “Programa Caminhos do Campo” – FEACME, com a finalidade de fortalecer o programa e dar celeridade às ações preventivas e corretivas.

#### 5. Base de Preparação

Essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº

Vitória (ES), Sexta-feira, 29 de Março de 2019.

23

101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

O Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) estão consolidadas excluindo as operações entre os órgãos e as entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social do Estado do Espírito Santo, denominadas "INTRA OFSS", bem como as participações nas empresas estatais dependentes. O Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Financeiro (BF) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) estão consolidados considerando as operações "INTRA OFSS".

Foram excluídos os seguintes valores de operações "INTRA OFSS" no processo de consolidação:

CLASSE DE CONTAS	VALORES COM AS OPERAÇÕES INTRA (I)	AJUSTE DE CONSOLIDAÇÃO (II)	VALORES CONSOLIDADOS SEM AS OPERAÇÕES INTRA (III = I - II)
ATIVO	25.776.666.945,24	22.837.001,00	25.753.829.944,24
PASSIVO	11.706.665.575,09	6.800.634,71	11.690.484.940,38
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.611.345.090,31	7.280.227,00	18.604.064.863,31
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	38.723.099.197,04	14.093.042.792,34	24.630.056.404,70
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	34.181.755.476,88	14.092.418.931,63	20.089.336.545,25

Fonte: SIGEFES

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Nas notas explicativas estão incluídos os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de natureza patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

## 6. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Governo do Estado.

## 7. Resumo das Principais Políticas Contábeis

- a) **Disponibilidades:** são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data das demonstrações contábeis. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado;
- b) **Créditos e Obrigações:** os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixadas são ajustados a valor presente. Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento das demonstrações contábeis. As provisões devem corresponder à melhor estimativa de desembolso necessário para liquidar (ou extinguir) a obrigação presente na data das demonstrações contábeis. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado;

O registro de apropriações por competência de 13º salário e férias não foi realizado durante o exercício de 2018. Tais relatórios já estão sendo desenvolvidos em conjunto pelo PRODEST, SEFAZ e SEGER, a partir do SIARHES. Não obstante a vasta complexidade inerente à folha de pagamento do Estado, os referidos trabalhos encontram-se em fase de homologação, com a conclusão prevista para ocorrer até o término do exercício de 2019;

- c) **Estoques:** são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição / produção / construção ou valor realizável líquido, entre esses o menor;
- d) **Método da Equivalência Patrimonial (MEP):** as participações em empresas sobre cuja administração se tenha influência significativa devem ser mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. O método da equivalência patrimonial será utilizado para os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum. Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente registrado a preço de custo e o valor contábil é aumentado ou reduzido conforme o Patrimônio Líquido da investida aumente ou diminua em contrapartida à conta de resultado;

As participações pelo MEP estão atualizadas na forma das demonstrações contábeis apresentadas pelas investidas em 31.10.2018, considerando o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) que versa sobre Investimento em Coligada, Controlada e em Empreendimento Controlado em conjunto com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 28 (IASB - BV 2012), na qual a defasagem máxima entre as datas das demonstrações contábeis da investida e do investidor não podem ser superiores em 02 (dois) meses;

- e) **Método do Custo:** as demais participações devem ser mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Pelo método do custo, o investimento é registrado no ativo permanente a preço de custo. A entidade investidora somente reconhece o rendimento na medida em que receber as distribuições de lucros do item investido. As distribuições provenientes de rendimentos sobre investimentos do ativo permanente são reconhecidas como receita patrimonial. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado;
- f) **Imobilizado:** o ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação, amortização



ou exaustão sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções expressamente consignadas. Quando se tratar de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito, devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, sendo que deverá ser considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação;

- g) Intangível:** os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que hajam sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*);
- h) Depreciação e Amortização:** o método para a depreciação de bens móveis do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo foi realizado pelas quotas constantes, por meio da "Portaria SEFAZ/SECONT/SEGER nº 001/2013", cuja vida útil econômica e a taxa utilizada estão definidas na "Nota Técnica/Comitê de Gestão Patrimonial nº 001/2013". No caso da amortização de *softwares*, os órgãos e as entidades do Poder Executivo estabeleceram o método linear para calcular a amortização.

De acordo com o informativo do Sistema Integrado de Gestão Administrativa do Governo do Estado do Espírito Santo – SIGA 005/2019, as atividades e etapas necessárias para a implantação da depreciação dos bens imóveis encontram-se em análise, sendo que os detalhes para utilização dessa rotina serão divulgados posteriormente pela respectiva Coordenação do Módulo de Patrimônio Imobiliário da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos – SEGER.

- i) Depósitos Judiciais:** optou-se por registrar como "outras receitas correntes" os valores levantados a título de depósitos judiciais sob a égide da Lei Complementar Federal nº 151/2015, e da Lei Estadual nº 10.549/2016;
- j) Restos a Pagar:** os restos a pagar não processados, do Poder Executivo, inscritos no exercício de 2017 e não liquidados até 28.06.2018 foram cancelados. Os restos a pagar não processados, quando liquidados, permanecem com o *status* de restos a pagar não processados;
- k) Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários:** o Estado adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago (6.2.2.1.3.04) no momento da retenção. Ou seja, orçamentariamente, a parte da despesa relativa à retenção é considerada paga no momento em que se efetua a retenção, pois considera-se que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP – 7ª edição) faculta aos entes a política contábil para o registro orçamentário de suas retenções;
- l) Registro da Receita Orçamentária:** a política contábil do Estado do Espírito Santo é o registro centralizado da receita orçamentária da administração direta na unidade gestora que representa o "Tesouro do Estado" (Unidade Gestora 800102 - ENCARGOS GERAIS - SEFAZ). Também têm registro de receita orçamentária os Fundos Especiais, as Autarquias, as Fundações e as Empresas Estatais Dependentes;
- m) Distinção entre Circulante e Não Circulante:** a política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até doze meses após a data das demonstrações contábeis, sendo que os demais direitos e as demais obrigações são classificados como não circulantes. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante;
- n) Apuração do Resultado:** os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa, as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com a ocorrência de seu fato gerador;
- o) Precatórios:** após o Decreto Estadual nº 4049-R, de 26 de dezembro de 2016, o Estado do Espírito Santo passou a observar o regime comum de pagamento preconizado pelo artigo 100 da CRFB/88, devendo proceder ao pagamento dos precatórios apresentados até o dia 1º do julho até o fim do exercício subsequente (art. 1º e parágrafo único).

## BALANÇO PATRIMONIAL

### ATIVOS

#### 8. Caixa e Equivalentes de Caixa

O subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda nacional. Em 31.12.2017, o Estado possuía em caixa e equivalentes de caixa um total de R\$ 2.930.273.882,80, passando para R\$ 3.148.418.249,05 em 31.12.2018, conforme quadro a seguir:

Vitória (ES), Sexta-feira, 29 de Março de 2019.

25

R\$		
TÍTULOS	31/12/2018	31/12/2017
<b>CAIXA</b>	<b>15.043,49</b>	<b>15.043,49</b>
<b>BANCOS CONTA MOVIMENTO</b>	<b>21.824.843,01</b>	<b>28.145.044,23</b>
CONTA ÚNICA DO TESOURO	3.490.012,17	4.611.854,76
CONTA ÚNICA DO RPPS	0,00	16.294,51
BANCO DO ESTADO DO ES	12.554.372,29	20.900.679,69
BANCO DO BR S/A	2.637.362,77	857.446,14
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	3.143.095,78	1.758.769,13
<b>APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>3.116.499.282,27</b>	<b>2.892.889.588,47</b>
POUPANÇA	82.886.483,29	105.533.393,98
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	1.125.263.625,96	1.021.291.022,56
CDB	1.784.753.791,18	1.680.939.324,91
OUTRAS APLICAÇÕES	123.595.381,84	85.125.847,02
<b>REDE BANCÁRIA - ARRECADAÇÃO</b>	<b>10.079.080,28</b>	<b>9.224.206,61</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.148.418.249,05</b>	<b>2.930.273.882,80</b>

Fonte: SIGEFES

### 8.1. Conta Única – Tesouro

Em observância ao princípio da Unidade de Tesouraria, a administração financeira do Estado é realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de Conta Única, com o intuito de otimizar a administração dos recursos financeiros, buscando-se maiores rendimentos para os recursos depositados na conta única.

### 8.2. Conta Única – RPPS

A Conta Única do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS observa a mesma sistemática da Conta Única do Tesouro, compreendendo o somatório dos valores disponíveis na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores.

### 8.3. Outras Contas

As disponibilidades existentes em outras contas bancárias não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única, em virtude da vinculação dos recursos correspondentes, conforme normativos e condições específicas de contratos e convênios.

### 8.4. Rede Bancária – Arrecadação

Os valores registados na conta contábil 111113001 - REDE BANCÁRIA - ARRECADAÇÃO referem-se aos montantes arrecadados pelo Estado e não recolhidos pelos agentes arrecadadores. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, é nesse momento que se reconhece a receita sob o enfoque orçamentário.

### 8.5. Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos que estão aplicados no mercado financeiro. Os recursos recebidos por meio de transferências (convênios) e operações de crédito são aplicados de acordo com as legislações específicas dos concedentes.

A seguir, apresenta-se a composição das aplicações financeiras por Poder:

R\$					
					31/12/2018
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	POUPANÇA	FUNDOS DE INVESTIMENTOS	CDB	OUTRAS APLICAÇÕES	
EXECUTIVO	82.565.998,94	885.112.133,02	1.750.821.676,71	18.182.227,64	
LEGISLATIVO	-	-	28.216.786,52	-	
JUDICIÁRIO	-	240.151.492,94	-	-	
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	-	-	-	69.622.593,80	
MINISTÉRIO PÚBLICO	320.484,35	-	-	35.790.560,40	
DEFENSORIA PÚBLICA	-	-	5.715.327,95	-	
<b>TOTAL</b>	<b>82.886.483,29</b>	<b>1.125.263.625,96</b>	<b>1.784.753.791,18</b>	<b>123.595.381,84</b>	

Fonte: SIGEFES

## 9. Créditos a Curto Prazo e Longo Prazo

### 9.1. Créditos Tributários a Receber

Os "Créditos Tributários a Receber" estão distribuídos conforme o quadro abaixo:

R\$							
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	31/12/2018			31/12/2017			TOTAL
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	136,13	0,00	136,13	
ICMS	2.372.611.852,32	0,00	2.372.611.852,32	0,00	0,00	0,00	
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS PARCELADOS	115.385.099,60	558.945.079,84	674.330.179,44	131.872.854,23	660.938.711,56	792.811.565,79	
<b>TOTAL</b>	<b>2.487.996.951,92</b>	<b>558.945.079,84</b>	<b>3.046.942.031,76</b>	<b>131.872.990,36</b>	<b>660.938.711,56</b>	<b>792.811.701,92</b>	

Fonte: SIGEFES

**ICMS**

Do montante de R\$ 2.372.611.852,32 demonstrado na linha "ICMS" (quadro acima), registrado na Unidade Gestora 800102 – Encargos Gerais – SEFAZ, R\$ 200.756.293,53 refere-se aos créditos oriundos de notificações de débitos e avisos de cobranças, e R\$ 2.171.855.558,79 aos créditos originários autos de infração, ambos não inscritos em dívida ativa.

**Créditos Tributários Parcelados**

Essa conta registra os valores dos parcelamentos de créditos tributários realizados pela Secretaria de Estado da Fazenda mediante processos administrativos, conforme acordado com os contribuintes. Esses valores de créditos tributários a receber são contabilizados na Unidade Gestora 800102 (Encargos Gerais – SEFAZ).

**9.2. Clientes**

Essa conta apresenta basicamente os valores a receber por vendas e por prestação de serviços. Na tabela a seguir, são apresentadas as Unidades Gestoras do Estado que possuem saldo na conta contábil Clientes:

CLIENTES	R\$	
	31/12/2018	31/12/2017
<b>UNIDADES GESTORAS</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>CIRCULANTE</b>
280202 - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL	322.182,15	635,27
300101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO	22.443.903,38	24.070.678,95
310202 - INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	1.636.405,23	1.604.215,65
410201 - INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	432.650,00	7.955.737,25
600210 - FUNDO FINANCEIRO	0,00	1.231.679,88
DEMAIS UNIDADES GESTORAS	0,00	838,78
<b>TOTAL</b>	<b>24.835.140,76</b>	<b>34.863.785,78</b>

Fonte: SIGEFES

**9.3. Empréstimos e Financiamentos Concedidos**

Essa conta registra os valores a receber pelo Estado decorrentes de empréstimos e de financiamentos concedidos. Na tabela seguinte, são apresentadas as Unidades Gestoras do Estado que possuem saldo na conta contábil Empréstimos e Financiamentos Concedidos:

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	R\$			R\$		
	31/12/2018			31/12/2017		
<b>UNIDADES GESTORAS</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>TOTAL</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>TOTAL</b>
280101 - SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E REC. HUMANOS	60.698,37	0,00	60.698,37	60.698,37	0,00	60.698,37
300902 - FUNDO DE DESENV. ECON. DO SUL DO ESTADO DO ES	0,00	2.272.362,39	2.272.362,39	0,00	1.861.538,31	1.861.538,31
800102 - ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEFAZ	0,00	1.425.563.975,83	1.425.563.975,83	0,00	1.057.847.101,62	1.057.847.101,62
<b>TOTAL</b>	<b>60.698,37</b>	<b>1.427.836.338,22</b>	<b>1.427.897.036,59</b>	<b>60.698,37</b>	<b>1.059.708.639,93</b>	<b>1.059.769.338,30</b>

Fonte: SIGEFES

Do quadro acima, destaque-se o montante de R\$ 1.425.563.975,83 registrado na conta contábil 121110302 - FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS – FUNDAP, na Unidade Gestora 800102 – Encargos Gerais – SEFAZ, que se refere aos valores a receber decorrentes dos financiamentos concedidos por meio da Lei Estadual nº 2508/1970.

Desse montante, foram registrados ajuste de perdas no decorrer do exercício de 2018, na conta contábil 121119903 - (-) AJUSTE DE PERDAS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS, na Unidade Gestora 800102 – Encargos Gerais – SEFAZ, conforme quadro abaixo:

	R\$	
	31/12/2018	31/12/2017
<b>FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - FUNDAP</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>
FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS - FUNDAP	1.425.563.975,83	1.057.847.101,62
<b>(-) AJUSTE DE PERDAS DE EMPRÉST. E FINANC. CONCEDIDOS</b>	<b>-918.690.638,24</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>506.873.337,59</b>	<b>1.057.847.101,62</b>

Fonte: SIGEFES

A metodologia utilizada para realizar o registrado na referida conta foi a mesma utilizada pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES, ou seja, "somente reconhece em conta retificadora do ativo os valores relativos a juros e encargos em atraso; os valores principais de financiamento não estão contemplados no montante da conta retificadora dos balancetes do BANDES", conforme Processo Nº 82650519.

**9.4. Dívida Ativa Tributária**

Os valores constantes da dívida ativa tributária, regulamentada a partir da legislação pertinente, abrangem os créditos tributários a favor da Fazenda Pública cuja certeza e liquidez foram apuradas, por não terem sido efetivamente recebidos nas datas apuradas. É, portanto, uma fonte potencial de fluxos de caixa, com impacto positivo pela recuperação de valores, espelhando créditos a receber, sendo contabilmente reconhecida no ativo. Segue abaixo o quadro da dívida ativa tributária, cuja contabilização tem por base dados gerados pelo Sistema de Informações Tributárias – SIT:

Vitória (ES), Sexta-feira, 29 de Março de 2019.

27

	31/12/2018	31/12/2017
<b>DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	21.477.039.114,52	16.313.929.401,73
(-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	-20.283.226.332,22	-14.884.265.214,74
<b>TOTAL</b>	<b>1.193.812.782,30</b>	<b>1.429.664.186,99</b>

Fonte: SIGEFES

#### Ajustes de Perdas de Dívida Ativa Tributária

A partir da 6ª edição do MCASP aprovada pela Portaria STN nº 700/2014, a STN não mais especificou uma metodologia para o cálculo do ajuste para perdas, cabendo o uso da estimativa a cada ente da Federação.

A metodologia utilizada nessas demonstrações é a apresentada a seguir:

- Média percentual de recebimentos passados; e
- Saldo atualizado da conta de créditos inscritos em Dívida Ativa.

A média percentual de recebimentos passados utiliza uma média ponderada dos recebimentos com relação aos montantes inscritos dos três últimos exercícios. Essa média ponderada de recebimentos é calculada em cada um dos três últimos exercícios pela divisão da média mensal de recebimentos em cada exercício pela média anual dos saldos mensais. A partir da média ponderada dos recebimentos dos três últimos exercícios, calcula-se a média percentual de recebimentos pela divisão da soma desses percentuais dividida pelo número de meses correspondentes ao exercício.

#### 9.5. Dívida Ativa Não Tributária

Essa conta registra os valores provenientes de fatos geradores não tributários, ocorridos em determinadas entidades públicas, em função de suas atividades fins. Na tabela a seguir, são apresentadas as Unidades Gestoras do Estado que possuem saldo na conta contábil Dívida Ativa Não Tributária:

	31/12/2018	31/12/2017
<b>DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>
<b>UNIDADES GESTORAS</b>		
100201 - RÁDIO E TELEVISÃO ESPÍRITO SANTO	77.476,61	77.476,61
600201 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	62.095,30	60.461,61
600210 - FUNDO FINANCEIRO	15.381,80	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>154.953,71</b>	<b>137.938,22</b>

Fonte: SIGEFES

#### 9.6. (-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo

O quadro abaixo detalha a conta de ajuste de perdas. A metodologia de cálculo do ajuste de perdas da dívida ativa tributária está descrita na nota explicativa nº 9.4.

	31/12/2018	31/12/2017
<b>AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>
(-) AJUSTE DE PERDAS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	-9.18.690.638,24	0,00
(-) AJUSTE DE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	-20.283.226.332,22	-14.884.265.214,74
<b>TOTAL</b>	<b>-2.120.1916.970,46</b>	<b>-14.884.265.214,74</b>

Fonte: SIGEFES

#### 10. Demais Créditos e Valores

Os "Demais Créditos e Valores" estão distribuídos conforme o quadro abaixo:

	31/12/2018			31/12/2017		
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	51.056.242,04	0,00	51.056.242,04	41.606.942,29	0,00	41.606.942,29
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	2.487.926,39	0,00	2.487.926,39	39.563.210,00	0,00	39.563.210,00
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	73.850.572,19	0,00	73.850.572,19	57.847.641,22	0,00	57.847.641,22
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	323.739.267,33	0,00	323.739.267,33	312.964.616,70	0,00	312.964.616,70
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER	10.773.230,33	0,00	10.773.230,33	392.518,36	0,00	392.518,36
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES	122.084.226,67	26.588.808,58	148.673.035,25	53.002.078,56	26.079.728,07	79.081.806,63
<b>TOTAL</b>	<b>583.991.464,95</b>	<b>26.588.808,58</b>	<b>610.580.273,53</b>	<b>505.377.007,13</b>	<b>26.079.728,07</b>	<b>531.456.735,20</b>

Fonte: SIGEFES

#### Adiantamentos Concedidos

Registra as antecipações concedidas a pessoal (tais como antecipações de salários e ordenados, adiantamentos de 13º salário, adiantamentos de férias e outros), bem como os suprimentos de fundos concedidos pelo ente a servidores, para fins de oferecer condições à realização de despesas de pequeno vulto que, por sua natureza ou urgência, não possam aguardar o processo normal de execução, após serem realizadas, pois devem ter a devida prestação de contas que comprove a operação.

#### Tributos a Recuperar/Compensar

Do montante contabilizado em "Tributos a Recuperar/Compensar", destaque-se o valor de R\$ 2.012.321,58 registrado na conta contábil 113230614 - DIREITO DE COMPENSAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES AO RGPS (P), na Unidade Gestora 800102 (Encargos Gerais - SEFAZ), o qual se refere aos créditos previdenciários constituídos em favor do Estado do Espírito Santo decorrentes de recolhimentos realizados a maior em exercícios anteriores, conforme Processo Nº 75043459.

**Créditos por Danos ao Patrimônio**

Registra os valores realizáveis no curto prazo, provenientes de direitos oriundos de danos ao patrimônio, apurados em sindicância, prestação de contas, tomada de contas, processos judiciais e outros.

Segue abaixo a demonstração dos "Créditos por Danos ao Patrimônio" com posição nos exercícios de 2018 e 2017:

	R\$	
	31/12/2018	31/12/2017
<b>CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>CIRCULANTE</b>
PAGAMENTOS INDEVIDOS	3.992.457,61	2.434.001,45
RESPONSÁVEIS POR PERDAS OU DANOS AO PATRIMÔNIO	24.917.075,88	24.665.859,21
RESPONSÁVEIS POR DESPESAS A REGULARIZAR	7.111.260,89	7.111.260,89
SUPRIMENTO DE FUNDOS NÃO COMPROVADOS	259.675,28	320.149,03
DIÁRIAS E TFD NÃO COMPROVADAS	847.089,71	600.123,21
RESPONSABILIDADE EM APURAÇÃO	13.906.918,39	13.870.574,92
SERVIDORES EXONERADOS	574,23	574,23
BANCOS A REGULARIZAR	2.667.721,35	2.667.721,35
INCONSISTÊNCIAS DE SALDOS PATRIMONIAIS - BENS MÓVEIS	0,00	193,55
CRÉDITOS POR OBRIGAÇÕES CONVENIADAS	20.089.526,29	6.118.910,82
OUTRAS RESPONSABILIDADES POR DANOS AO PATRIMÔNIO	58.272,56	58.272,56
<b>TOTAL</b>	<b>73.850.572,19</b>	<b>57.847.641,22</b>

Fonte: SIGEFES

**Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados**

Registra os valores de depósitos e cauções efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto prazo.

Abaixo, a demonstração dos "Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados" com posição nos exercícios de 2018 e 2017:

	R\$	
	31/12/2018	31/12/2017
<b>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>CIRCULANTE</b>
BANESTES - CAUÇÕES	9.762.144,29	8.454.850,36
BANCO DO BRASIL - CAUÇÕES	133.112,72	122.072,53
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAUÇÕES	61.173,18	165.535,13
VALORES RETIDOS DE FORNECEDORES POR DETERMINAÇÃO DO CNJ	14.928.022,72	12.912.776,14
MANDADOS DE SEQUESTRO AGUARDANDO REGULARIZAÇÃO	79.379,08	54.560,57
PENAS PECUNIÁRIAS	13.899.624,63	11.335.194,17
DEPÓSITOS PARA RECURSOS	15.000,00	15.000,00
CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS	213.817.556,88	219.559.115,31
VALORES A REPASSAR - DETRAN	67.741.184,51	58.062.495,65
DEPÓSITOS JUDICIAIS	46.748,11	46.748,11
DEPÓSITOS JUDICIAIS EFETUADOS PELO ESTADO	1.203.637,25	604.509,12
DEPÓSITOS DO IPAJM	0,00	0,00
PECÚLIO PRESIDÁRIOS	1.361.767,13	1.294.617,06
VALORES APREENDIDOS POR DECISÃO JUDICIAL	54.525,12	102.745,09
PARCELAMENTO DE DÍVIDA ATIVA	635.391,71	234.397,46
<b>TOTAL</b>	<b>323.739.267,33</b>	<b>312.964.616,70</b>

Fonte: SIGEFES

**11. Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo**

Os investimentos e as aplicações temporárias abrangem os valores depositados na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) que estão aplicados no mercado financeiro, bem como os investimentos realizados pelo RPPS, com recursos da taxa de administração. A seguir, apresenta-se a composição dos "Investimentos e Aplicações Temporárias":

	R\$	
	31/12/2018	31/12/2017
<b>INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>CIRCULANTE</b>
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA OU REFERENCIADOS DO RPPS	169.338.382,28	130.578.846,77
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA OU REFERENCIADOS	0,00	0,00
APLICAÇÕES COM A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	15.861.579,75	24.679.591,62
<b>TOTAL</b>	<b>185.199.962,03</b>	<b>155.258.438,39</b>

Fonte: SIGEFES

**12. Estoques**

Vitória (ES), Sexta-feira, 29 de Março de 2019.

29

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade, com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. Apresenta-se, a seguir, a composição dos "Estoques":

	R\$	
	31/12/2018	31/12/2017
<b>ESTOQUES</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>CIRCULANTE</b>
MATERIAL DE CONSUMO	85.713.021,42	102.629.440,46
MATERIAL PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	69.699.096,54	46.813.800,52
MATERIAL DE EXPEDIENTE	45.183,87	50.689,05
MATERIAL PARA PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	2.755,00	0,00
MATERIAIS PARA ATENDER MANDADOS JUDICIAIS	313.312,32	1.676.182,93
TERRENOS PARA REVENDA	64.127.257,74	64.127.257,74
BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS A ALIENAR	0,00	7.572.354,56
<b>TOTAL</b>	<b>219.900.626,89</b>	<b>222.869.725,26</b>

Fonte: SIGEFES

### 13. Ativo Não Circulante Mantido para Venda

Compreende os ativos não circulantes cuja recuperação esperada do seu valor contábil venha a ocorrer por meio de uma transação de venda em vez do uso contínuo, dentro de um prazo inferior a 12 meses. Na tabela seguinte, são apresentadas as Unidades Gestoras do Estado que possuem saldo na conta "Ativo Não Circulante Mantido para Venda":

	R\$	
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>UNIDADES GESTORAS</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>CIRCULANTE</b>
280101 - SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS	1.966.380,58	0,00
410201 - INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	3.275,52	0,00
440923 - HOSPITAL JOÃO DOS SANTOS NEVES	60,00	0,00
600201 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	33.273,87	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.002.989,97</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIGEFES

### 14. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Representam o valor registrado a título de despesas antecipadas que serão apropriadas nos exercícios subsequentes pelo seu fato gerador, de acordo com o que preceitua a aplicação do princípio da competência. Na tabela a seguir, apresenta-se a composição das "Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente":

	R\$	
<b>VPDs PAGAS ANTECIPADAMENTE</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
	<b>CIRCULANTE</b>	<b>CIRCULANTE</b>
PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	44.059,91	982.376,36
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR	136.716,10	185.166,03
ALUGUEIS PAGOS A APROPRIAR	452.506,37	440.644,31
TRIBUTOS PAGOS A APROPRIAR	8.251,83	4.589,79
DEMAIS VPD A APROPRIAR	119.121,47	37.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>760.655,68</b>	<b>1.650.276,49</b>

Fonte: SIGEFES

### 15. Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo

Os títulos patrimoniais de outras companhias mantidos pela investidora constituem um ativo financeiro que é um instrumento financeiro e podem ser classificadas como disponíveis para venda ou destinadas à negociação.

As aplicações em instrumentos financeiros (investimentos temporários em ações de outras empresas) serão avaliadas pelo "Método do Valor Justo" (MVJ), quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda.

"Valor Justo" (Fair Value) é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com ausência de fatores que pressionem para a liquidação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Na tabela a seguir, são apresentadas as Unidades Gestoras do Estado que possuem saldo na conta contábil Ações:

R\$		
AÇÕES	31/12/2018	31/12/2017
UNIDADES GESTORAS	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
220101 - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	2.500,00	2.500,00
220202 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	2.657,43	2.657,43
270201 - INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES	47.327,57	48.627,48
280202 - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL	292,51	292,51
280203 - INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO	16.146,28	16.146,28
300205 - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DE EMPREENDEDORISMO	10.890.110,70	9.160.193,32
310101 - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA	4.834,36	4.834,36
310202 - INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	93.530,47	98.293,09
310203 - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESPÍRITO SANTO	2,63	2,63
350201 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	101,96	101,96
440901 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	12,88	12,88
450202 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	87.790,55	87.790,55
480201 - INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO	104.074,37	104.074,37
600201 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	25.363,12	27.197,56
800102 - ADMINISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEFAZ	6.104.223,55	4.237.645,43
<b>TOTAL</b>	<b>17.378.968,38</b>	<b>13.790.369,85</b>

Fonte: SIGEFES

## 16. Investimentos

### 16.1. Participações Permanentes

Pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), o investimento é inicialmente registrado a preço de custo e o valor contábil é aumentado ou reduzido conforme o Patrimônio Líquido da investida aumente ou diminua em contrapartida à conta de resultado.

As participações pelo MEP (Método de Equivalência Patrimonial) estão atualizadas na forma das demonstrações contábeis apresentadas pelas investidas em 31.10.2018, considerando o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) que versa sobre Investimento em Coligada, Controlada e em Empreendimento Controlado em conjunto com as Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 28 (IASB - BV 2012), na qual a defasagem máxima entre as datas das demonstrações contábeis da investida e do investidor não podem ser superiores em 02 (dois) meses.

Segue abaixo a demonstração dos investimentos avaliados pelo MEP (Método de Equivalência Patrimonial) de propriedade do Governo do Estado do Espírito Santo com posição nos exercícios de 2018 e 2017.

R\$		
MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	31/12/2018	31/12/2017
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
BANESTES - BANCO DO ESTADO DO ES	1.343.407.425,26	1.280.992.568,37
BANDES - BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO ES	405.006.359,17	390.931.176,71
CESAN - CIA ESP. SANTENSE DE SANEAMENTO	2.479.975.650,59	2.311.098.303,32
CETURB - GV S/A	37.098.691,68	45.482.002,79
COHAB S/A	19.983.498,43	19.942.774,00
FUNDEPAR - FUNDO DE DES. E PARTIC. DO ES	148.415.310,78	147.783.567,91
FUNDAPSOCIAL	0,00	1.887.059,57
<b>TOTAL</b>	<b>4.433.886.935,91</b>	<b>4.198.117.452,67</b>

Fonte: SIGEFES

O valor do FUNDAPSOCIAL teve o valor avaliado pelo MEP zerado, tendo como base o valor do patrimônio líquido disposto nas demonstrações de 31.10.2018.

Segue abaixo a demonstração dos valores concedidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital com posição nos exercícios de 2018 e 2017:

R\$		
	31/12/2018	31/12/2017
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
BANDES - BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO ES	11.771.011,67	1.972.756,12
CESAN - CIA ESP. SANTENSE DE SANEAMENTO	42.089.652,72	31.615.492,68
CETURB - CIA DE TRANSPORTES URBANOS	23.940.445,35	17.541.647,28
<b>TOTAL</b>	<b>77.801.109,74</b>	<b>51.129.896,08</b>

Fonte: SIGEFES

As alterações na CESAN e no BANDES são decorrentes de transferência do saldo de AFAC para investimentos (integralização de capital social com saldo de AFAC), tendo em vista autorização em Assembleia.

### 16.2. Participações Avaliadas pelo Método de Custo

No Método de Custo (MC), o investimento é registrado no ativo permanente a preço de custo. A entidade investidora somente reconhece o rendimento na medida em que recebe as distribuições de lucros do item investido. As distribuições provenientes de

Vitória (ES), Sexta-feira, 29 de Março de 2019.

31

rendimentos sobre investimentos do ativo permanente são reconhecidas como receita patrimonial. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Segue abaixo a demonstração dos investimentos avaliados pelo MC (Método de Custo) de propriedade do Governo do Estado do Espírito Santo, bem como os valores concedidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital, com posição nos exercícios de 2018 e 2017:

R\$		
MÉTODO DE CUSTO	31/12/2018	31/12/2017
<b>PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>
CODESA S/A	1.627.695,28	1.627.695,28
FUNDAPSOCIAL	0,00	0,00
OUTROS	43.034,00	43.034,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.670.729,28</b>	<b>1.670.729,28</b>

Fonte: SIGEFES

R\$		
	31/12/2018	31/12/2017
<b>ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>
CODESA S/A	483.891,00	478.585,99

Fonte: SIGEFES

### 16.3. Investimentos do RPPS de Longo Prazo

O montante de R\$ 3.635.845.479,52 registrado neste grupo de contas referem-se as aplicações do Fundo Previdenciário que estão enquadradas nos seguintes normativos:

- **Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações:** dispõe sobre as aplicações dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social instituída pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Estabelece que os recursos dos regimes próprios de previdência social devem ser aplicados conforme as disposições desta Resolução, tendo presentes as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência (art. 1º), e define limitações e condições de aplicação nos seguintes seguimentos: renda fixa, variável e de imóvel (art. 2º);
- **Portaria MPS nº 519/2011 e alterações:** dispõe sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituída pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Estabelece a comprovação de elaboração da política anual de investimentos de que trata a Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN (art. 1º), bem como comprova junto à Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS a aprovação em exame de certificação organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais (art. 2º). A portaria ainda determina seguir as orientações da Resolução CMN nº 3.922/2010, bem como as seguintes obrigações (art. 3º), dentre as quais destacamos: gestão da aplicação por entidade autorizada e credenciada, tendo como critérios, no mínimo, a solidez patrimonial da entidade, a compatibilidade desta com o volume de recursos e a experiência positiva no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros; realizar avaliação do desempenho das aplicações efetuadas por entidade autorizada e credenciada, no mínimo semestralmente; elaborar relatórios detalhados, no mínimo, trimestralmente, sobre a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do RPPS.

Os investimentos diretos em títulos públicos federais são realizados por intermédio da BRB-DTVM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, que presta serviços de custódia qualificada, autorizada pelo Ato Declaratório CVM nº 1.399/1990. A escolha da instituição financeira foi realizada por processo licitatório em 2015, cujo contrato foi prorrogado em 2018.

Segue abaixo a demonstração dos investimentos do RPPS registrado em longo prazo.

R\$		
	31/12/2018	31/12/2017
<b>INVESTIMENTOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS DE LONGO PRAZO</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>
TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO - RENDA FIXA	1.357.702.886,92	1.337.941.752,46
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA OU REFERENCIADOS	712.855.171,93	273.768.970,32
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA OU REFERENCIADOS - IMA/IDKA	28.238.672,09	30.430.874,81
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITORIOS - RENDA FIXA	44.571.999,00	54.221.221,48
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM TÍTULOS DO TESOURO - RENDA FIXA	1.312.569.763,53	1.337.904.266,41
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES - RENDA VARIÁVEL	150.346.443,50	35.523.641,98
FUNDOS DE ÍNDICES REFERENCIADOS EM AÇÕES - RENDA VARIÁVEL	5.234.808,80	5.098.945,83
FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES - RENDA VARIÁVEL	4.138.533,75	4.134.480,72
FUNDOS DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS - RENDA VARIÁVEL	20.187.200,00	21.796.963,13
<b>TOTAL</b>	<b>3.635.845.479,52</b>	<b>3.100.821.117,14</b>

Fonte: SIGEFES

### 17. Imobilizado

Os principais critérios de determinação do valor contábil bruto do ativo imobilizado adotados pelo Estado do Espírito Santo no âmbito do Poder Executivo são o custo de aquisição, produção ou construção, incluindo gastos complementares. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito são avaliados com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.



R\$

	31/12/2018	31/12/2017
<b>IMOBILIZADO</b>		
<b>BENS MÓVEIS</b>		
VALOR BRUTO	1.365.255.761,04	1.314.384.295,63
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	-465.984.811,36	-46.160.012,85
<b>VALOR LÍQUIDO BENS MÓVEIS</b>	<b>899.270.949,68</b>	<b>1.268.224.282,78</b>
<b>BENS IMÓVEIS</b>		
VALOR BRUTO	7.608.563.906,72	7.155.128.062,31
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	-11.788.944,43	-8.555.372,32
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-247.270,93	-125.419,84
<b>VALOR LÍQUIDO BENS IMÓVEIS</b>	<b>7.596.527.691,36</b>	<b>7.146.447.270,15</b>
<b>TOTAL</b>	<b>8.495.798.641,04</b>	<b>8.414.671.552,93</b>

Fonte: SIGEFES

### 17.1. Depreciação/Amortização Acumulada de Bens Móveis e Imóveis

O método para a depreciação de bens móveis do Poder Executivo do Estado do Espírito Santo foi realizado pelas quotas constantes, por meio da "Portaria SEFAZ/SECONT/SEGER nº 001/2013", cuja vida útil econômica e a taxa utilizada estão definidas na "Nota Técnica/Comitê de Gestão Patrimonial nº 001/2013".

De acordo com o informativo do Sistema Integrado de Gestão Administrativa do Governo do Estado do Espírito Santo – SIGA 005/2019, as atividades e etapas necessárias para a implantação da depreciação dos bens imóveis encontram-se em análise, sendo que os detalhes para utilização dessa rotina serão divulgados posteriormente pela respectiva Coordenação do Módulo de Patrimônio Imobiliário da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos – SEGER.

A depreciação de bens móveis e imóveis do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo foi realizada pelo método linear, cuja vida útil econômica e a taxa utilizada estão definidas no "Processo TC: 1561/2010".

A depreciação de bens móveis e imóveis do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo foi realizada pelo método de quotas constantes, cuja vida útil econômica e a taxa utilizada estão definidas no "Ato Normativo nº 286/2015 do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo".

A depreciação dos bens móveis e imóveis da Assembleia Legislativa foi calculada pelo método linear em função da estimativa de vida útil dos bens, conforme Nota Técnica nº 001/2013 do Comitê de Gestão Patrimonial (SEFAZ/SEGER), Nota Técnica nº 002/2013 do Comitê de Gestão Patrimonial (SEFAZ/SEGER), e Ato nº 0851/2015 da Mesa Diretora.

A método para a depreciação dos bens móveis e imóveis do Ministério Público do Estado do Espírito Santo foi realizado pelas quotas constantes, cuja vida útil econômica e a taxa utilizada estão definidas nas "Nota Técnica/Comitê de Gestão Patrimonial nº 001/2013" e "Nota Técnica/Comitê de Gestão Patrimonial nº 002/2013".

Detalhamento da "Depreciação Acumulada de Bens Móveis":

DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS MÓVEIS	31/12/2018			31/12/2017		
	CUSTO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	CUSTO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
AERONAVES	63.945.070,56	-10.217.296,69	53.727.774,47	21.538.496,27	0,00	21.538.496,27
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	36.188.206,91	-14.429.420,54	21.758.786,37	37.851.431,86	-456.490,42	37.394.941,44
APARELHOS, EQUIP., UTENS. MÉDICO-ODONTOLÓGICOS, LABORAT. E HOSP.	175.617.002,02	-36.001.447,57	139.615.554,45	168.364.091,61	-8.480,80	168.355.610,81
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	33.223.368,05	-9.804.811,96	23.418.556,49	29.578.367,58	-703.296,25	28.875.071,33
ARMAMENTOS	40.519.401,28	-8.429.241,09	32.090.160,19	37.319.363,52	0,00	37.319.363,52
COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	1.155.489,52	-646.103,47	509.386,05	1.238.696,05	-483.351,20	755.344,85
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	43.993.647,22	-11.898.210,31	32.095.436,91	37.270.447,54	-361.524,82	36.908.922,72
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	35.105.688,20	-14.467.491,50	20.638.196,80	33.747.968,17	-612.047,19	33.135.920,98
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	252.526.321,35	-150.085,915,76	102.440.405,59	227.415.057,50	-29.716.045,30	197.699.012,20
MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	47.485.959,02	-17.940.533,00	29.545.426,02	45.974.880,18	-2.026.699,25	43.948.180,93
MÃO-DE-OBRA E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIOS	58.089.464,36	-3.762.061,40	54.327.402,96	103.095.069,92	-992,92	103.094.077,00
MOBILIÁRIO EM GERAL	175.808.730,42	-72.860.421,46	102.948.308,96	170.574.508,93	-7.621.154,75	162.953.354,18
VEÍCULOS	335.427.775,20	-96.498.465,06	238.929.310,14	340.654.592,22	-2.823.734,66	337.830.857,56
DEMÁIS BENS MÓVEIS	64.169.636,93	-16.943.392,75	47.226.244,18	69.761.324,28	-1346.195,29	68.415.128,99
<b>TOTAL</b>	<b>1.365.255.761,04</b>	<b>-465.984.811,36</b>	<b>899.270.949,68</b>	<b>1.314.384.295,63</b>	<b>-46.160.012,85</b>	<b>1.268.224.282,78</b>

Fonte: SIGEFES

Detalhamento da "Depreciação Acumulada de Bens Móveis" por Poder:

DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS MÓVEIS POR PODER	31/12/2018			31/12/2017		
	CUSTO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	CUSTO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
PODER LEGISLATIVO	19.318.967,30	-7.234.209,65	12.084.757,65	18.968.468,74	-5.635.670,62	13.332.798,12
PODER JUDICIÁRIO	69.480.686,38	-42.298.555,43	27.182.130,95	69.816.490,87	-3.150.484,72	66.666.006,15
MINISTÉRIO PÚBLICO	23.570.449,43	-9.213.865,44	14.356.583,99	21.832.801,33	-5.350.330,34	16.482.470,99
PODER EXECUTIVO	124.1283.773,71	-40.170.606,33	839.583.167,38	1.192.029.175,46	-3.668.960,17	1.188.360.215,29
DEFENSORIA PÚBLICA	116.018.84,22	-5.547.574,51	110.471.269,71	117.373.599,23	0,00	117.373.599,23
<b>TOTAL</b>	<b>1.365.255.761,04</b>	<b>-465.984.811,36</b>	<b>899.270.949,68</b>	<b>1.314.384.295,63</b>	<b>-46.160.012,85</b>	<b>1.268.224.282,78</b>

Fonte: SIGEFES

Detalhamento da "Depreciação/Amortização Acumulada de Bens Imóveis":

Vitória (ES), Sexta-feira, 29 de Março de 2019.

33

DEPRECIACÃO/AMORTIZAÇÃO ACUMULADA DE BENS IMÓVEIS	31/12/2018			31/12/2017		
	CUSTO	DEPRECIACÃO/AMORTIZACÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	CUSTO	DEPRECIACÃO/AMORTIZACÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
OBRAS RODOVIÁRIAS E VIÁRIAS	1.530.659.378,88	0,00	1.530.659.378,88	1.299.989.814,77	0,00	1.299.989.814,77
TERRENOS	1.195.283.331,74	0,00	1.195.283.331,74	1.162.001.606,61	0,00	1.162.001.606,61
EDIFÍCIOS	825.503.474,93	-11.044.323,21	814.399.151,72	792.643.328,39	-7.910.424,76	784.732.903,63
IMÓVEIS DE USO EDUCACIONAL	770.525.095,78	0,00	770.525.095,78	725.910.555,94	0,00	725.910.555,94
OBRAS DE BENEFETORIA OU MELHORIA EM IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	638.975.153,17	0,00	638.975.153,17	628.064.939,62	0,00	628.064.939,62
TERRENOS, GLEBAS E LOTES	575.178.449,46	0,00	575.178.449,46	602.140.286,34	0,00	602.140.286,34
PRESÍDIOS E DELEGAÇÕES	526.404.537,51	0,00	526.404.537,51	519.066.285,14	0,00	519.066.285,14
OBRAS DE BENEFETORIA OU MELHORIA EM IMÓVEIS DE USO COMUM DO POVO	359.856.742,35	0,00	359.856.742,35	337.130.591,88	0,00	337.130.591,88
EDIFICAÇÕES REFERENTES A IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	291.862.337,89	0,00	291.862.337,89	288.091.248,30	0,00	288.091.248,30
ESTUDIOS E PROJETOS REFERENTES A IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	210.017.277,74	0,00	210.017.277,74	179.613.474,40	0,00	179.613.474,40
PRAÇAS	186.430.141,84	0,00	186.430.141,84	186.430.141,84	0,00	186.430.141,84
TERRENOS PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA	152.995.459,32	0,00	152.995.459,32	114.418.680,74	0,00	114.418.680,74
PONTES	106.525.670,94	0,00	106.525.670,94	85.551.159,32	0,00	85.551.159,32
BENEFETORIAS EM PROPRIEDADES DE TERCEIROS	10.010.370,41	-247.270,93	9.763.099,48	10.531.533,96	-82.419,64	10.449.114,32
INSTALAÇÕES	12.973.406,84	0,00	12.973.406,84	12.973.406,84	0,00	12.973.406,84
SALAS	8.202.601,93	0,00	8.202.601,93	11.246.215,72	0,00	11.246.215,72
DEMAIS BENS IMÓVEIS	196.156.475,99	-684.621,22	195.473.854,77	191.324.792,70	-644.947,54	190.679.845,16
<b>TOTAL</b>	<b>7.608.563.906,72</b>	<b>-12.036.215,36</b>	<b>7.596.527.691,36</b>	<b>7.155.128.062,31</b>	<b>-8.680.792,16</b>	<b>7.146.447.270,15</b>

Fonte: SIGEFES

Detalhamento da "Depreciação/Amortização Acumulada de Bens Imóveis" por Poder:

DEPREC./AMORTIZ. ACUMULADA DE BENS IMÓVEIS POR PODER	31/12/2018			31/12/2017		
	CUSTO	DEPRECIACÃO/AMORTIZACÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	CUSTO	DEPRECIACÃO/AMORTIZACÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
PODER LEGISLATIVO	91.805.868,67	-5.359.754,31	86.446.114,36	91.438.108,41	-4.839.546,43	86.598.561,98
PODER JUDICIÁRIO	243.027.331,135	-4.474.379,60	238.552.951,53	237.591.700,90	-3.027.439,75	234.564.261,15
MINISTÉRIO PÚBLICO	163.702.226,57	-13.72.049,33	162.330.177,24	162.668.556,58	-10.625,75	162.562.930,83
PODER EXECUTIVO	7.101.757.382,90	-830.031,32	7.100.927.351,58	6.655.249.469,39	-708.180,23	6.654.541.289,16
DEFENSORIA PÚBLICA	8.271.097,23	0,00	8.271.097,23	8.180.227,23	0,00	8.180.227,23
<b>TOTAL</b>	<b>7.608.563.906,72</b>	<b>-12.036.215,36</b>	<b>7.596.527.691,36</b>	<b>7.155.128.062,31</b>	<b>-8.680.792,16</b>	<b>7.146.447.270,15</b>

Fonte: SIGEFES

## 18. Intangível

Os bens intangíveis do Poder Executivo compreendem, em especial, os ativos de softwares.

INTANGÍVEL	31/12/2018		31/12/2017	
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA
VALOR BRUTO	157.844.239,16		161.718.184,08	
( - ) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA		-8.777.941,52		-12.660.935,92
<b>VALOR LÍQUIDO</b>	<b>149.066.297,64</b>		<b>149.057.248,16</b>	

Fonte: SIGEFES

### 18.1. Amortização Acumulada de Softwares

No caso da amortização de *softwares*, os órgãos e as entidades do Poder Executivo estabeleceram o método linear para calcular a amortização.

A amortização dos softwares do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo foi realizada pelo método linear.

A amortização dos softwares do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo foi realizada pelo método de quotas constantes, cuja vida útil econômica e a taxa utilizada estão definidas no "Ato Normativo nº 286/2015 do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo".

A amortização dos softwares da Assembleia Legislativa foi calculada pelo método linear em função da estimativa de vida útil dos bens.

Detalhamento da "Amortização Acumulada de Softwares":

AMORTIZAÇÃO ACUMULADA DE SOFTWARES	31/12/2018			31/12/2017		
	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
SOFTWARES	157.843.755,77	-8.777.941,52	149.065.814,25	161.717.700,69	-12.660.935,92	149.056.764,77
LIVROS DIGITAIS (E-BOOK)	483,39	0,00	483,39	483,39	0,00	483,39
<b>TOTAL</b>	<b>157.844.239,16</b>	<b>-8.777.941,52</b>	<b>149.066.297,64</b>	<b>161.718.184,08</b>	<b>-12.660.935,92</b>	<b>149.057.248,16</b>

Fonte: SIGEFES

Detalhamento da "Amortização Acumulada de Softwares" por Poder:

AMORTIZAÇÃO ACUMULADA DE SOFTWARES POR PODER	31/12/2018			31/12/2017		
	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
PODER LEGISLATIVO	17.643.413,60	-2.503.505,34	15.139.908,26	14.879.045,06	-1.703.589,90	13.175.455,16
PODER JUDICIÁRIO	2.237.539,19	-5.565,16	2.231.974,04	1.881.879,19	-6.346,11	1.875.533,08
MINISTÉRIO PÚBLICO	8.505.385,81	-1.092.174,03	7.413.211,78	12.041.510,92	0,00	12.041.510,92
PODER EXECUTIVO	129.315.578,16	-5.176.697,00	124.138.881,16	132.780.925,50	-10.950.999,91	121.829.925,59
DEFENSORIA PÚBLICA	142.322,39	0,00	142.322,39	134.823,41	0,00	134.823,41
<b>TOTAL</b>	<b>157.844.239,16</b>	<b>-8.777.941,52</b>	<b>149.066.297,64</b>	<b>161.718.184,08</b>	<b>-12.660.935,92</b>	<b>149.057.248,16</b>

Fonte: SIGEFES

## PASSIVOS

### 19. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e Longo Prazo

As "Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e Longo Prazo" estão distribuídas conforme o quadro abaixo:

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR	31/12/2018			31/12/2017		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
PESSOAL A PAGAR	177.283.628,41	92.518.712,50	269.802.340,91	91261434,38	160.065.451,18	251.326.885,56
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	76.008,43	0,00	76.008,43	0,00	0,00	0,00
FGTS	6.208,62	0,00	6.208,62	4.699,66	0,00	4.699,66
ENCARGOS SOCIAIS RPPS - APROPRIADOS POR COMPETÊNCIA	2.146.413,01	0,00	2.146.413,01	706.236,39	0,00	706.236,39
OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	1.181.398,60	11.502.884,21	12.684.282,81	2.083.496,22	11.730.724,62	13.814.220,84
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	11.900.334,45	0,00	11.900.334,45	9.974.601,05	0,00	9.974.601,05
PARCELAMENTO - INSS	69.820,23	0,00	69.820,23	143.610,64	1.147.645,92	1.291.256,56
PARCELAMENTO - PASEP	26.073.218,69	322.578.437,84	348.651.656,53	26.073.218,69	348.651.656,53	374.724.875,22
ENCARGOS FINANCEIROS	2.120.000,00	23.980.646,82	26.100.646,82	2.017.407,52	23.167.130,66	25.184.538,18
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS - MUNICÍPIO	73.635,21	0,00	73.635,21	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>220.930.665,38</b>	<b>450.580.681,37</b>	<b>671.511.346,75</b>	<b>132.264.704,55</b>	<b>544.762.608,91</b>	<b>677.027.313,46</b>

Fonte: SIGEFES

Os valores apresentados na linha "PESSOAL A PAGAR - NÃO CIRCULANTE" (quadro acima), referem-se a dívidas com pessoal registrados nas Unidades Gestoras do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (UG 020101), do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (UG 030101) e do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (UG 050101).

O montante apresentado na linha "OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - NÃO CIRCULANTE" (quadro acima), refere-se a encargos patronais sobre diferenças salariais registrados nas Unidades Gestoras do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (UG 030101) e do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (UG 050101).

Já os valores apresentados na linha "ENCARGOS FINANCEIROS" (quadro acima), referem-se aos encargos da dívida do parcelamento do PASEP registrado na Unidade Gestora 600201 - Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo.

## 20. Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo e Longo Prazo

Na tabela a seguir, são apresentados os "Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo e Longo Prazo" com posição nos exercícios de 2018 e 2017:

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	31/12/2018			31/12/2017		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	46.301.700,70	1.187.794.446,25	1.234.096.146,95	19.347.562,91	349.330.234,92	368.677.797,83
BNDES	77.113.267,89	2.429.995.649,84	2.507.108.917,73	71.630.996,54	2.481.398.013,06	2.553.029.009,60
BANESES	0,00	0,00	0,00	50.764.298,35	442.281,92	51206.580,27
UNIÃO	33.731.990,38	1.422.882.656,55	1.456.614.646,93	90.510.749,25	2.212.102.272,20	2.302.613.021,45
<b>SUBTOTAL DA DÍVIDA INTERNA</b>	<b>157.146.958,97</b>	<b>5.040.672.752,64</b>	<b>5.197.819.711,61</b>	<b>232.253.607,05</b>	<b>5.043.272.802,10</b>	<b>5.275.526.409,15</b>
BID	55.090.532,41	761.709.078,92	816.799.611,33	48.692.555,58	667.673.448,88	716.366.004,46
BIRD	20.897.230,00	404.646.391,38	425.543.621,38	20.431.312,11	224.199.604,91	244.630.917,02
<b>SUBTOTAL DA DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>75.987.762,41</b>	<b>1.166.355.470,30</b>	<b>1.242.343.232,71</b>	<b>69.123.867,69</b>	<b>891.873.053,79</b>	<b>960.996.921,48</b>
JUROS E ENCARGOS A PAGAR - INTERNO - BNDES	6.468.555,46	0,00	6.468.555,46	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>239.603.276,84</b>	<b>6.207.028.222,94</b>	<b>6.446.631.499,78</b>	<b>301.377.474,74</b>	<b>5.935.145.855,89</b>	<b>6.236.523.330,63</b>

Fonte: SIGEFES

### Juros e Encargos a Pagar - Interno - BNDES

O valor de R\$ 6.468.555,46 demonstrado na linha "JUROS E ENCARGOS A PAGAR - INTERNO - BNDES" (quadro acima), refere-se ao reconhecimento de encargos pro-rata do dia 16/12 à 31/12, referente aos contratos do BNDES.

Detalhamento dos contratos da Dívida Interna e Externa:

Vitória (ES), Sexta-feira, 29 de Março de 2019.

35

CONTRATOS INTERNOS					
AUTORIZAÇÕES (INSTITUIÇÕES CREDORAS, LEIS, NÚMEROS E DATA)					
CREDOR	BASE LEGAL	VIGÊNCIA DO CONTRATO		SALDO ATUAL	
		INÍCIO	TÉRMINO		
<b>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL</b>					<b>1.234.096.146,95</b>
CT0403338 - CEF - MANEJO ÁGUAS I	Lei n.º 10.025/13	31/07/2013	19/07/2037		2.838.909,73
CT0403339 - CEF - MANEJO ÁGUAS II	Lei n.º 10.025/13	31/07/2013	19/10/2036		605.420,83
CT0403340 - CEF - MANEJO ÁGUAS III	Lei n.º 10.025/13	31/07/2013	19/10/2036		944.605,73
CT2596671 - CEF - PRÓ-MORADIA I	Lei n.º 8.264/06	23/06/2006	19/11/2027		1.202.356,31
CT2596672 - CEF - PRÓ-MORADIA II	Lei n.º 8.264/06	23/06/2006	19/09/2028		996.484,32
CT2596673 - CEF - PRÓ-MORADIA III	Lei n.º 8.264/06	23/06/2006	19/08/2028		2.095.922,07
CT2596674 - CEF - PRÓ-MORADIA IV	Lei n.º 8.264/06	23/06/2006	19/11/2028		2.994.272,81
CT2596675 - CEF - PRÓ-MORADIA V	Lei n.º 8.264/06	23/06/2006	19/03/2028		508.635,49
CT2596676 - CEF - PRÓ-MORADIA VI	Lei n.º 8.264/06	23/06/2006	19/03/2028		1.830.652,07
CT2596677 - CEF - PRÓ-MORADIA VII	Lei n.º 8.264/06	23/06/2006	19/02/2028		1.629.921,40
CT0394996 - CEF - FINISA	Res. CMN 4109/12	01/10/2012	15/09/2032		354.827.659,60
CT051910448 - UNIAO/CEF/COHAB 11	Lei n.º 10.768/2017	01/09/2018	01/08/2033		863.621.306,59
<b>BANCO NAC. DE DES. ECON. SOCIAL S.A</b>					<b>2.507.108.917,73</b>
CT0821039 - BNDES - SAÚDE	Lei n.º 8.755/07 e 9.117/09	25/09/2009	15/10/2019		19.804.163,47
CT1020079 - BNDES - PEF II	Lei n.º 9.374/09	20/05/2010	15/06/2020		17.484.834,71
CT0921536 - BNDES - TRANSCOL IV	Lei n.º 9.004/08	20/05/2010	15/06/2020		36.355.846,42
CT1221155 - BNDES - PROEDES	Lei n.º 9.874/12 Res. CMN 409V12	01/10/2012	15/10/2034		2.380.760.335,74
CT122601 - BNDES - BRT	Lei n.º 9.593/2010	15/01/2013	15/06/2032		52.703.737,39
<b>BANCO DO BRASIL S.A - UNIÃO</b>					<b>1.456.614.646,93</b>
CT0000698 - UNIÃO - B.BRASIL	Lei n.º 5.293/96 e 5.388/97	24/03/1998	30/03/2028		1.421.398.684,20
CT0007546 - UNIÃO - BB - COHAB	Lei n.º 7.546/03	28/02/1998	01/05/2023		35.215.962,73
<b>TOTAL DA DÍVIDA INTERNA</b>					<b>5.197.819.711,61</b>
CONTRATOS EXTERNOS					
AUTORIZAÇÕES (INSTITUIÇÕES CREDORAS, LEIS, NÚMEROS E DATA)					
CREDOR	BASE LEGAL	VIGÊNCIA DO CONTRATO		SALDO ATUAL	
		INÍCIO	TÉRMINO		
<b>BANCO INT. P/ RECONSTRUÇÃO E DESENV. - (BIRD)</b>					<b>425.543.621,38</b>
CT0007248 - BIRD - ÁGUAS LIMPAS I	Lei n.º 7.728/93	10/11/2004	15/05/2021		28.972.655,30
CT0007655 - BIRD - ÁGUAS LIMPAS II	Lei n.º 8.860/08	17/09/2009	15/09/2038		205.292.716,20
CT0008353 - BIRD - GESTÃO INTEG. DE ÁGUAS E PAISAGENS	Lei n.º 10.050/13	28/09/2015	15/08/2038		191.278.249,88
<b>BANCO INTERAMERICANO DE DESENV. - (BID)</b>					<b>816.799.611,33</b>
CT0001002 - BID - PRES II	Lei n.º 6.731/01	28/03/2006	20/01/2026		142.398.900,00
CT0002245 - BID - PROFASZ	Lei n.º 9.072/08	05/11/2010	15/04/2030		53.930.002,33
CT0002483 - BID - PRES III	Lei n.º 8.996/08	21/12/2011	20/12/2035		597.912.781,97
CT000000002 - BID - ESTADO PRESENTE/SEGURANÇA CIDADÃ	Lei n.º 10.186/2014	28/12/2017	15/11/2041		22.557.927,03
<b>TOTAL DA DÍVIDA EXTERNA</b>					<b>1.242.343.232,71</b>
<b>TOTAL GERAL DA DÍVIDA</b>					<b>6.440.162.944,32</b>

Fonte: SIGEFES

Cabe consignar que em 02.01.2019 foi registrada a nota patrimonial nº 2019NP00164, no valor de R\$ 135.187.435,22, na Unidade Gestora 800102 – Encargos Gerais – SEFAZ, referente à ajuste no estoque da dívida externa de 31.12.2018, para correção de erro de cálculo para maior nas atualizações da dívida emitidas em outubro de 2018; sendo que R\$ 1.997.141,50 no contrato "CT0002245 - BID - PROFASZ", e R\$ 133.190.293,72 no contrato "CT0008353 - BIRD GIAP", consoante à Nota Técnica 001/2019 - SUDIP/GEPOF.

## 21. Fornecedores e Contas a Pagar

Esta conta compreende as obrigações junto a fornecedores nacionais de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, alugueis e todas as outras contas a pagar com vencimento no curto prazo.

			R\$	
			31/12/2018	31/12/2017
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR			CIRCULANTE	CIRCULANTE
FORNECEDORES NACIONAIS			146.351.349,81	155.314.346,82
RETENÇÃO CONTRATUAL - EXERCÍCIOS ANTERIORES - SALDO SIAFEM			0,00	104.261,82
VALORES BLOQUEADOS POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL/ADM INISTRATIVA			4.460.468,96	3.617.266,96
<b>TOTAL</b>			<b>150.811.818,77</b>	<b>159.035.875,60</b>

Fonte: SIGEFES

## 22. Obrigações Fiscais a Curto Prazo e Longo Prazo

As "Obrigações Fiscais a Curto Prazo e Longo Prazo" estão distribuídas conforme o quadro abaixo:

							R\$					
							31/12/2018			31/12/2017		
OBRIGAÇÕES FISCAIS	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL			
IRPJ A RECOLHER	0,00	0,00	0,00	1453,83	0,00	1453,83						
IRIS/PASEP - DO EXERCÍCIO	3.369.267,07	0,00	3.369.267,07	3.295.020,60	0,00	3.295.020,60						
TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - TCRS A RECOLHER	15.304,52	0,00	15.304,52	224,56	0,00	224,56						
OBRIGAÇÕES FISCAIS A PAGAR	29.726,12	0,00	29.726,12	0,00	0,00	0,00						
<b>TOTAL</b>	<b>3.414.297,71</b>	<b>0,00</b>	<b>3.414.297,71</b>	<b>3.296.698,99</b>	<b>0,00</b>	<b>3.296.698,99</b>						

Fonte: SIGEFES

**23. Obrigações de Repartição a Outros Entes**

Os montantes de R\$ 7.436.422,18 (em 2018) e R\$ 1.863.848,68 (em 2017) registrados na linha "Obrigações de Repartição a Outros Entes" referem-se à Cota-Parte de ICMS e à Cota-Parte de IPVA arrecadados nos últimos dias do ano e ainda não repassados aos municípios quando do término do exercício.

**24. Provisões a Curto Prazo e Longo Prazo**

As "Provisões a Curto Prazo e Longo Prazo" estão distribuídas conforme o quadro abaixo:

PROVISÕES	31/12/2018			31/12/2017		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS	1036.255,20	0,00	1036.255,20	1036.255,20	0,00	1036.255,20
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	0,00	2.492.618.793,96	2.492.618.793,96	0,00	2.182.393.865,20	2.182.393.865,20
OUTRAS PROVISÕES	1990.206,71	1.380.442.142,49	1.382.432.349,20	2.304.888,38	1.278.382.833,55	1.280.687.721,93
<b>TOTAL</b>	<b>3.026.461,91</b>	<b>3.873.060.936,45</b>	<b>3.876.087.398,36</b>	<b>3.341.143,58</b>	<b>3.460.776.698,75</b>	<b>3.464.117.842,33</b>

Fonte: SIGEFES

**24.1. Provisões Matemáticas Previdenciárias**

A avaliação atuarial para o exercício financeiro de 2018 foi realizado pelo Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/A Ltda. Em relação às premissas atuariais adotadas no estudo, destacaram-se os seguintes pontos:

Quadro comparativo das hipóteses utilizadas na avaliação atuarial – DRAA 2019:

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS		2017	2018
Tábua de Entrada em Invalidez	Alvaro Vindas		Alvaro Vindas
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Tábua Completa de Mortalidade - IBGE 2015 - Ambos os Sexos		Tábua Completa de Mortalidade - IBGE 2016 - Ambos os Sexos
Tábua de Mortalidade Geral	Tábua Completa de Mortalidade - IBGE 2015 - Ambos os Sexos		Tábua Completa de Mortalidade - IBGE 2016 - Ambos os Sexos
Tábua de Morbidez	Não Aplicável		Não Aplicável
HIPÓTESES DEMOGRÁFICAS		2017	2018
Composição da família de Servidores e Aposentados	Pelo real		Pelo Real
Entrada em Aposentadoria	Pelo real		Pelo Real
Geração Futura de Novos Entrantes	pelo banco de dados, com reposição de 1:1		pelo banco de dados, com reposição de 1:1
Rotatividade / "Turn-over"	Em relação ao vínculo de emprego		Em relação ao vínculo de emprego
	Idade x	q* Calculado	Idade x
	Até 25	1%	Até 25
	De 26 a 30	1%	De 26 a 30
	De 31 a 40	1%	De 31 a 40
	De 41 a 50	1%	De 41 a 50
	De 51 a 60	0%	De 51 a 60
	Acima de 60	0%	Acima de 60
HIPÓTESES ECONÔMICAS		2017	2018
Inflação Futura	0,00%		0,00%
Projeção de Crescimento Reais dos Salários	Crescimento real do salário, pelo levantamento histórico das médias salariais dos últimos 03 anos, descontando o INPC do período, de 1,00% ao ano		Crescimento real do salário, pelo levantamento histórico das médias salariais dos últimos 03 anos, descontando o INPC do período, de 1,00% ao ano
Projeção de Crescimento Reais dos benefícios do plano	0% ao ano, em função das correções monetárias dos benefícios concedidos estarem em grande parte vinculados à correção monetária do RGPS		0% ao ano, em função das correções monetárias dos benefícios concedidos estarem em grande parte vinculados à correção monetária do RGPS
Indexador	Considerando que as correções salariais negociadas pelas Associações da Classe / Sindicatos são baseadas no INPC, sugerimos que sejam adotados no Sistema Previdenciário os mesmos Indexadores.		Considerando que as correções salariais negociadas pelas Associações da Classe / Sindicatos são baseadas no INPC, sugerimos que sejam adotados no Sistema Previdenciário os mesmos Indexadores.
Fator de Determinação do:			
Valor Real ao Longo do Tempo Salários	0,97		0,97
Valor Real ao Longo do Tempo Benefício do RPPS	0,97		0,97
HIPÓTESE FINANCEIRA		2017	2018
Taxa Real Anual de Juros	Plano Previdenciário: 6,76% ao ano Plano Financeiro: 0,00% ao ano		Plano Previdenciário: 6,60% ao ano Plano Financeiro: 0,00% ao ano
Fator de Atualização Potencial	FA ≥ (1+IGP-DI)		FA ≥ (1+IGP-DI)

Vitória (ES), Sexta-feira, 29 de Março de 2019.

37

Quanto a Elegibilidade de Condições a Aposentadoria, o cálculo do custo dos benefícios de Aposentadoria Voluntária e Aposentadoria Compulsória foi separado em dois grupos de servidores, que tem sua elegibilidade ao benefício conforme segue:

**I – Aposentadorias**

- 1.1 Servidores que preencheram os pré-requisitos para aposentadoria até a data da promulgação da Emenda Constitucional Nº 41 (Art. 8º da EC nº 20/1998).
- 1.2 Servidores que ingressaram no serviço público antes de 16 de dezembro de 1998 (sem direito adquirido).
- 1.3 Atuais e futuros servidores que ingressarem no serviço público após 16 de dezembro de 1998.
  - a) Aposentadoria plena (art. 6º da emenda constitucional 41/2003).
  - b) Regra geral permanente, desde que cumprido tempo mínimo de 10 anos de serviço público e 05 anos no cargo efetivo em que se der aposentadoria.
  - c) Aposentadoria Proporcional ou Compulsória.

**II – Pensão por Morte**

O valor das pensões será igual aos proventos do Aposentado falecido ou à remuneração do servidor Ativo falecido, até o limite máximo do RGPS (Regime Geral de Previdência Social), acrescido de 70% da parcela excedente a este limite.

Além das premissas apresentadas, o estudo atuarial levou em consideração outras informações, como:

- ✓ Regimes de Financiamento e Método: Capitalização, Repartição de Capital de Cobertura, Repartição Simples e Método de Capitalização Utilizado;
- ✓ No Fundo Financeiro, também se levou em consideração os servidores iminentes, que são os servidores que já cumpriram todos os quesitos necessários à obtenção da aposentadoria podendo requerer o benefício a qualquer momento;
- ✓ Consistência dos dados: A empresa de atuária submeteu os dados recebidos a testes críticos e as inconsistências detectadas foram corrigidas ou justificadas pelo Instituto/Ente, resultando em base de dados considerada suficientemente completa, consistente e adequada à análise técnica atuarial.

O Passivo Atuarial, também denominado "Provisão Matemática", é representado pelo valor atual dos compromissos do Instituto com os Servidores Ativos, Aposentados e Pensões, menos o valor atual das receitas de contribuições dos segurados e empregadores, determinado por processo matemático-atuarial, considerando os seguintes elementos:

- a) Valor dos benefícios assegurados de prestação continuada (aposentadoria e pensão por morte);
- b) Valor dos benefícios assegurados de prestação única ou de curto prazo (auxílios);
- c) Expectativas de sobrevivência;
- d) Probabilidades de morte e invalidez;
- e) Taxas de permanência no emprego;
- f) Taxas de novos entrados;
- g) Taxa de aplicação financeira do fundo;
- h) Nível de contribuição dos segurados;
- i) Nível de contribuição dos empregadores;
- j) Valor da folha de vencimentos dos segurados;
- k) Valor do fundo de previdência já existente; e
- l) Compensação Previdenciária.

A situação atual do Estado, a partir dos resultados obtidos no estudo da massa de servidores segurados, está conforme segue:

PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS	31/12/2018			31/12/2017		
	Plano Financeiro	Plano Previdenciário	TOTAL	Plano Financeiro	Plano Previdenciário	TOTAL
<b>PROVISÕES PARA BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>						
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS	58.044.712.338,53	621.888.693,82	58.666.601.032,35	49.784.442.531,52	574.020.965,98	50.358.463.497,50
CONTRIBUIÇÕES DO ENTE			0,00			0,00
CONTRIBUIÇÕES DOS INATIVOS	-149.159.208,24	-14.642.539,49	-163.801.747,73	-1254.49.093,28	-14.869.399,79	-1269.358.493,07
CONTRIBUIÇÕES DOS PENSIONISTAS	-211.50.090,62	-2.973.564,77	-214.473.655,39	-214.077.887,74	-2.309.352,13	-216.387.239,87
COM PENSACAO PREVIDENCIARIA	-178.369.655,66	-777.246,67	-179.146.902,33	-177.263.464,04	-876.166,61	-178.139.630,65
COBERTURA DE INSUFICIENCIA FINANCEIRA	-56.163.653.384,01	0,00	-56.163.653.384,01	-48.138.682.086,46	0,00	-48.138.682.086,46
<b>TOTAL DA PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	<b>0,00</b>	<b>603.495.342,89</b>	<b>603.495.342,89</b>	<b>0,00</b>	<b>555.966.047,45</b>	<b>555.966.047,45</b>
<b>PROVISÕES PARA BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>						
APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS	32.830.387.94,58	6.481.428.958,20	39.311.816.453,78	32.508.390.074,20	5.922.620.223,98	38.431.010.298,18
CONTRIBUIÇÕES DO ENTE	-1.767.499.190,81	-2.906.604.281,61	-4.674.103.472,42	-1.948.895.589,00	-2.794.027.229,23	-4.742.922.818,23
CONTRIBUIÇÕES DOS ATIVOS	-883.749.565,40	-1.605.701.226,62	-2.489.450.792,02	-974.447.779,50	-1.502.165.177,00	-2.476.612.956,50
COM PENSACAO PREVIDENCIARIA	-3.283.038.799,46		-3.283.038.799,46	-3.303.210.960,89		-3.303.210.960,89
COBERTURA DE INSUFICIENCIA FINANCEIRA	-26.896.099.778,91		-26.896.099.778,91	-26.281.835.774,81		-26.281.835.774,81
<b>TOTAL DA PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>0,00</b>	<b>1.889.123.451,07</b>	<b>1.889.123.451,07</b>	<b>0,00</b>	<b>1.626.427.817,75</b>	<b>1.626.427.817,75</b>
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>2.492.618.793,96</b>	<b>2.492.618.793,96</b>	<b>0,00</b>	<b>2.182.393.865,20</b>	<b>2.182.393.865,20</b>

Fonte: SIGFES

Das variações ocorridas no balanço atuarial, destacamos a variação de 16,6705% de acréscimo no déficit atuarial do Fundo Financeiro (insuficiência financeira), sendo prontamente justificado pela empresa atuarial, como segue:

**I. Impacto com a alteração na Tábua de Mortalidade:**

Utilizando o período de idade em que se concedem aposentadorias, ou seja, dos 40 até 80 anos, constatamos que a expectativa de vida dos segurados, na comparação entre as tábuas IBGE 2015 e IBGE 2016, aumentou em média 61 dias. Abaixo os resultados das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos do Plano Financeiro, utilizando a Tábua IBGE 2016 e IBGE 2015:

Tábuas de Mortalidade	Quantidade	Proventos	PROVISÕES MATEMÁTICAS
IBGE 2016	40.031	205.108.319,96	56.163.653.384,01
IBGE 2015	40.031	205.108.319,96	55.714.639.968,46

O impacto na alteração da Tábua de Mortalidade foi de R\$ 449.013.415,55.

## II. Impacto com a concessão de novas aposentadorias e pensões:

Analisando a base de dados, observamos que houve um total de 1.077 aposentadorias e 135 pensões concedidas em 2018. A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos do Plano Financeiro em 2018 é a seguinte:

Aposentadorias e Pensões	Quantidade	Proventos	PROVISÕES MATEMÁTICAS
Concedidos em 2018	1.212	7.492.293,42	2.936.047.691,01

O impacto com a concessão de novas aposentadorias e pensões foi de R\$ 2.936.047.691,01.

## III. Impacto com o aumento do valor médio dos proventos:

O provento médio de aposentadoria do Plano Financeiro passou de R\$ 4.836,96 em 2017 para R\$ 5.061,73 em 2018 e o provento médio de pensão do Plano Financeiro passou de R\$ 5.182,13 em 2017 para R\$ 5.453,41 em 2018. Este aumento médio nos benefícios concedidos do Plano Financeiro causa um impacto direto na Provisão Matemática de Benefícios Concedidos de aproximadamente R\$ 2.265.000.000,00.

## IV. Alterações na base de dados:

A base de dados de segurados aposentados e pensionistas não é estática, sofrendo alterações constantes, como saídas por morte, novas concessões, inserção de dependentes, entre outras. Ao compararmos a base de aposentados de 2017 e 2018, observamos que 537 aposentados que estavam na base de 2017 não mais constam na base de 2018 e isto pode ser justificável pela sua morte. A idade média deste grupo é de 73 anos.

No entanto, verificou-se que 541 aposentados com concessão anterior a 2018, que estão na base de 2018, não estavam na base de 2017. A grande maioria é de aposentadoria concedida em 2017, que talvez não tenha havido tempo hábil para ser inserida na base de 2017, uma vez que esta é de agosto de 2017. A idade média deste grupo é de 58 anos. Abaixo, a folha e as Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos deste grupo:

Base de Dados (2018x2017)	Quantidade	Proventos	PROVISÕES MATEMÁTICAS
constam na base de 2018 e não constam na base de 2017	541	5.977.139,71	913.912.599,93

Diante do exposto, é justificável o aumento apresentado na Provisão Matemática de Benefícios Concedidos do Plano Financeiro de 16,67%.

Enquanto no Fundo Previdenciário, o aumento na provisão de "Concedidos e A Conceder" está diretamente relacionado à compra de vidas, servidores que saíram da provisão do Fundo Financeiro e passaram a integrar na provisão do Fundo Previdenciário, e aos novos entrantes. No previdenciário, destacamos a relação de 1,86 da contribuição patronal para a contribuição do servidor ativo (2.794.027.229,22/1.502.165.177,00) e não de 2 para 1 (usualmente falado), isto motiva-se da necessidade de repassar extra orçamentariamente o valor de até 1,5% do total das remunerações, proventos e pensões, pagos no exercício anterior, ao IPAJM como Taxa de Administração, conforme definido no art. 52 da Lei 282/2004. A metodologia de cálculo utilizada para informar ao Atuário o percentual a ser usado na avaliação atuarial foi:

Fundo Previdenciário			
Ano	C. Patronal	Taxa devida	Participação
2013			
2014	184.676.802,92	10.826.839,32	5,86%
2015	215.731.733,57	16.616.769,60	7,70%
2016	232.782.624,90	17.138.742,84	7,36%
2017	240.449.252,30	16.989.821,20	7,07%

Conforme números apresentados acima nos últimos anos, tomamos a média de 7% da contribuição patronal recebida que é repassado ao IPAJM como Taxa de Adm., assim 7% de 22% (contr. Patronal) chegamos a 1,54%. Com este resultado, significa dizer que a contribuição patronal que fica no Fundo representa 20,46% (22% - 1,54%) do total, de onde resulta no índice de 1,86 (20,46% / 11%) apurado no Balanço Atuarial do Fundo Previdenciário.

## 24.2. Outras Provisões

As premissas utilizadas no cálculo das Provisões Matemáticas (Poder Executivo) acerca das despesas com "Complementação de Aposentadorias" foram as mesmas adotadas na Avaliação Atuarial do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo - IPAJM. A taxa de juros aplicada para o cálculo das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos foi de 0,00% ao ano.

Na tabela a seguir, são apresentadas as Unidades Gestoras do Poder Executivo que possuem saldo na conta contábil "Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos - Complementação de Aposentadorias (227919000)":



Acesse:

**[www.dio.es.gov.br](http://www.dio.es.gov.br)**



Vitória (ES), Sexta-feira, 29 de Março de 2019.

39

OUTRAS PROVISÕES	R\$	
	31/12/2018	31/12/2017
	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
<b>APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS - COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS</b>		
100201 - RÁDIO E TELEVISÃO ESPÍRITO SANTO	4.308.036,12	3.426.651,24
270201 - INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES	11.791.091,97	11.039.432,59
280202 - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL	63.471.626,26	57.208.158,88
310201 - INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA FLORESTAL ESPÍRITO SANTO	3.956.375,98	3.102.183,38
310202 - INSTITUTO CAPIXABA PESQUISA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	110.831.269,90	10.191.885,11
350201 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	806.460.821,19	805.503.114,20
420201 - FACULDADE DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO	4.683.662,56	5.173.190,02
450202 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	1.700.847,15	1.303.016,24
480201 - INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO ESPÍRITO SANTO	6.245.764,83	5.242.312,24
800101 - ADM INISTRAÇÃO GERAL A CARGO DA SEGER	272.143.150,01	181.060.720,25
<b>TOTAL</b>	<b>1.285.592.045,97</b>	<b>1.174.977.637,15</b>

Fonte: SIGEFES

O montante de R\$ 74.465.814,57 registrado na conta contábil "Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos - Complementação de Aposentadorias (227919000)", na Unidade Gestora 010101 (Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo), refere-se a avaliação atuarial para o exercício financeiro de 2018, relativa à obrigação para pagamento dos benefícios, direitos e vantagens dos associados, beneficiários e pensionistas do Extinto Instituto de Previdência dos Deputados Estaduais - IPDE cuja obrigação de pagamento é da Assembleia Legislativa do Estado do ES, Lei Estadual nº 4.541/91, mas que foi realizado pela empresa Exacttus Consultoria Atuarial Ltda.

Em relação às premissas atuariais, e as hipóteses atuariais e financeiras adotadas no estudo, destacaram-se os seguintes pontos.

Hipóteses Financeiras:

- Taxa de Juros Real (a.a.) = 5,89%;
- Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano (a.a.) = 0,00%;
- Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Benefícios (a.a.) = 100,00%;

Hipóteses Biométricas:

- Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador de morte) = AT-2000 Male Tábua de Mortalidade de Válido (evento gerador de sobrevivência) = AT-2000 Male Composição Familiar = Base de dados;

Regime Financeiro:

- Aposentadorias = Capitalização - PUC (Crédito Unitário Projetado) Pensão por Morte de Aposentado = Capitalização - PUC (Crédito Unitário Projetado);

Pecúlio e Auxílio Funeral = Regime de Repartição Simples.

As demais provisões foram reconhecidas, em regra, de acordo com a análise jurídica de cada ação.

## 25. Demais Obrigações a Curto Prazo e Longo Prazo

As "Demais Obrigações a Curto Prazo e Longo Prazo" estão distribuídas conforme o quadro abaixo:

DEMAIS OBRIGAÇÕES	31/12/2018			31/12/2017		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
CONSIGNAÇÕES	22.249.340,77	0,00	22.249.340,77	17.566.115,48	0,00	17.566.115,48
DEPÓSITOS JUDICIAIS	14.574.257,72	0,00	14.574.257,72	14.191.333,58	0,00	14.191.333,58
DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	26.052.957,90	0,00	26.052.957,90	21.929.251,50	0,00	21.929.251,50
VALORES A REP. DO FUNDEB - MUNICÍPIOS	702.240,12	0,00	702.240,12	2.440.729,28	0,00	2.440.729,28
RETENÇÃO OU BLOQUEIO JUDIC./ADM.	1.394.445,26	0,00	1.394.445,26	1.448.599,54	0,00	1.448.599,54
CONTRATANTES DE OBRAS - IOPES P/ORDEM ADM.	4.394.673,81	0,00	4.394.673,81	4.461.467,74	0,00	4.461.467,74
RETENÇÕES SOBRE CONTRATANTES DE OBRAS P/ORDEM JUD.	328.616,40	0,00	328.616,40	394.681,51	0,00	394.681,51
RETENÇÕES SOBRE CONTRATANTES DE OBRAS - POR ORDEM JUDICIAL	653.062,28	0,00	653.062,28	683.275,10	0,00	683.275,10
PECÚLIO PRESIDÁRIOS - DETALHADO POR FONTE	1.361.767,13	0,00	1.361.767,13	1.294.617,06	0,00	1.294.617,06
DEPÓSITO JUDICIAL DE NATUREZA TRIBUTÁRIA - UG 800102	2.617.260,20	0,00	2.617.260,20	1.060.316,30	0,00	1.060.316,30
VALORES A REPASSAR - DETRAN	67.741.184,51	0,00	67.741.184,51	58.062.495,65	0,00	58.062.495,65
DEP. PENDENTES DE IDENTIFICAÇÃO	373.915,63	0,00	373.915,63	683.070,83	0,00	683.070,83
CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS	213.817.716,40	0,00	213.817.716,40	219.020.345,06	0,00	219.020.345,06
VALORES RESTITUIVEIS - MAGISTRADOS INATIVOS	1.250,00	0,00	1.250,00	0,00	0,00	0,00
PENAS PECUNIÁRIAS	13.894.419,30	0,00	13.894.419,30	11.335.194,17	0,00	11.335.194,17
PARCELAMENTO DE DÍVIDA ATIVA	635.391,71	0,00	635.391,71	234.397,46	0,00	234.397,46
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	163.799.657,69	0,00	163.799.657,69	136.077.450,75	0,00	136.077.450,75
<b>TOTAL</b>	<b>534.592.156,83</b>	<b>0,00</b>	<b>534.592.156,83</b>	<b>490.793.341,01</b>	<b>0,00</b>	<b>490.793.341,01</b>

Fonte: SIGEFES

## 26. Precatórios da Trimestralidade

No Balanço Patrimonial, não estão incluídos os precatórios referentes à trimestralidade, por estarem suspensos por ordens judiciais da Corregedoria Nacional de Justiça - CNJ, que determinou a suspensão do pagamento de todos os precatórios da trimestralidade, inclusive aqueles que já tenham sido objeto de recálculo, até o trânsito em julgado das Ações Declaratórias de Nulidade. A decisão foi acompanhada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, conforme ofício nº 213/2018 - GDADT de 17/12/2018.

Os precatórios da trimestralidade têm origem no art. 6º da Lei Estadual 3935/87 (Lei da Trimestralidade ou do Gatilho), que tratava da concessão de recomposição de vencimentos e proventos a cada três meses, automaticamente, com base em 60%, no mínimo, da



variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) no trimestre. Tais precatórios foram objeto de ações judiciais impetradas pelo Governo do Estado, em meados dos anos 2000, buscando obter a declaração de nulidade das decisões judiciais já transitadas em julgado (*querela nulitatis* visando a relativização da coisa julgada inconstitucional), voltando-se a atuação, exclusivamente, para os precatórios formados a partir de decisões judiciais fundadas na Lei Estadual n.º 3.935/87. Nessas ações declaratórias, o Estado do Espírito Santo conseguiu provimentos antecipatórios para determinar a suspensão da exigibilidade da coisa julgada e, consequentemente, dos "precatórios da trimestralidade". Por força dessas liminares, os precatórios foram excluídos da lista de antiguidade de precatórios do TJES, permitindo que o Estado do Espírito Santo retornasse o pagamento dos demais precatórios devidos de modo inquestionável.

Com base na metodologia constante da Instrução Técnica n.º 060/2018 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES (Termo de Cooperação Técnica firmado entre TCEES, TJES e Procuradoria Geral do Estado – PGE), o TJES aplicou para os precatórios n.ºs 200.090.000.070 e 200.020.000.077, como valor de desembolso esperado, o montante correspondente a 3% sobre o valor de ofício dos referidos precatórios. No entanto, a Vice-Presidência do TJES (Recurso Administrativo 0011520-36.2015.8.08.0000), em 19.12.2018, decidiu pela não prorrogação do Termo de Cooperação Técnica, fixando critérios específicos de cálculo para os precatórios da trimestralidade, o que prejudica a "estimativa confiável" dos valores correspondentes (item 22.C da NBC TSP 03). Caso se aplique o aludido percentual a todos os 30 (trinta) processos, corrigidos pelo IPCA-E e acrescidos de juros simples de 0,5% ao mês até 31.12.2018, os valores estimados seriam os abaixo relacionados:

**PRECATÓRIOS DA TRIMESTRALIDADE-VALORES APROXIMADOS CASO SE CONCLUIA A REVISÃO DOS CALCULOS**

ORD	Nº DO PRECATÓRIO	CRETOR REFERENCIA	ENTIDADE	APORTE DE 3% DO VALOR DE OFÍCIO ATUALIZADO ATÉ ABR/2015 COM BASE NO MÉTODO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	ÍNDICE DE CORREÇÃO PELO IPCA-E ATÉ DEZ/2018	JUROS MORATÓRIOS 0,5% AO MÊS - SIMPLES	VALOR CORRIGIDO ATÉ DEZ/2018
1	(760/96)	ANNIBAL DE R. L.	PROCURADOR DO ESTADO	R\$ 8.527,63	1,2188398	1,22	R\$ 12.680,45
2	(200960000376)	ANTÔNIO BENEDITO A. P. E OUTROS	PROCURADOR DE JUSTIÇA	R\$ 4.493.887,04	1,2188398	1,22	R\$ 6.682.340,63
3	(200960000269)	JOÃO MARCOS L. DE F. E OUTROS	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	R\$ 11.680.537,89	1,2188398	1,22	R\$ 17.368.779,32
4	(200970000028)	APOENÃ R. P. E OUTROS	SECRETARIA DA FAZENDA	R\$ 5.493.204,10	1,2188398	1,22	R\$ 8.168.309,66
5	(200970000069)	ACILEU A. E OUTROS	FISCO	R\$ 1.841.563,80	1,2188398	1,22	R\$ 2.738.376,94
6	(200970000192)	ODETTE G. E OUTROS		R\$ 1.246.804,69	1,2188398	1,22	R\$ 1.853.979,32
7	(200970000085)	ACRISIO A. DOS S. E OUTROS	FISCO	R\$ 1.830.321,12	1,2188398	1,22	R\$ 2.721.659,23
8	(200970000077)	ANTONY F. R. L. E OUTROS	FISCO	R\$ 564.885,15	1,2188398	1,22	R\$ 839.975,50
9	(2009700000515)	CLÁUDIO E. DE S. ALVES E OUTROS		R\$ 1.788.566,36	1,2188398	1,22	R\$ 2.659.570,55
10	(200970000523)	ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ES (*)	PROCURADOR DO ESTADO	R\$ 4.607.854,85	1,2188398	1,22	R\$ 6.851.809,00
11	(200970000416)	AGENOR A. DA S. E OUTROS	FISCO	R\$ 496.094,45	1,2188398	1,22	R\$ 737.684,78
12	(200970000762)	RAQUEL DE FÁTIMA S. L. E OUTROS	ESTATÍSTICOS	R\$ 2.052.727,70	1,2188398	1,22	R\$ 3.052.374,39
13	(200970000770)	ANGELO C. DE M. COSTA E OUTROS	POLÍCIA MILITAR	R\$ 4.493.932,25	1,2188398	1,22	R\$ 6.682.407,86
14	(200990000206)	ADÃO R. DA S. E OUTROS	DELEGADOS	R\$ 6.804.046,67	1,2188398	1,22	R\$ 10.117.512,32
15	(200990000362)	ASSOCIAÇÃO DE CABOS E SOLDADOS - PMES	CABOS E SOLDADOS	R\$ 37.211.085,97	1,2188398	1,22	R\$ 55.332.310,15
16	(200990000438)	LOURDES B. N. E OUTROS		R\$ 803.589,48	1,2188398	1,22	R\$ 1.194.925,15
17	(200990000578)	CARLOS R. DE C. E OUTROS		R\$ 1.672.871,35	1,2188398	1,22	R\$ 2.487.533,86
18	(200990000719)	RÔMULO V. J. E OUTROS		R\$ 1.058.725,66	1,2188398	1,22	R\$ 1.574.308,71
19	(200090000171)	AMABILDA B. E OUTROS		R\$ 489.902,45	1,2188398	1,22	R\$ 728.477,38
20	(200090000288)	SINDICATO DOS SERVIDORES DO P. JUD.	SINDIUDICIÁRIO	R\$ 76.815.579,21	1,2188398	1,22	R\$ 114.223.579,94
21	(200010000053)	ABILIO N. E OUTROS	OFICIAIS DA POLÍCIA	R\$ 12.567.908,01	1,2188398	1,22	R\$ 18.688.285,11
22	(200020000077)	VÂNIA MARIA C. E OUTROS		R\$ 463.332,29	1,2188398	1,22	R\$ 688.967,96
23	(200020000150)	UPES - UNIÃO DOS PROFESSORES DO ES	SINDIUPES	R\$ 112.072.703,33	1,2188398	1,22	R\$ 166.650.379,00
24	(200020000192)	SIDENY A. DE S. E OUTROS	POLÍCIA CIVIL	R\$ 11.498.869,24	1,2188398	1,22	R\$ 17.098.640,98
25	(200020000416)	MARIA MAGDALENA DA F. E OUTROS		R\$ 475.991,56	1,2188398	1,22	R\$ 707.792,10
26	(200020000572)	SINDICATO DOS SERV. PÚB. DO ES - SISEADES	SISEADES	R\$ 11.681.186,88	1,2188398	1,22	R\$ 17.369.744,48
27	(200020000804)	MANOEL JOSÉ G. E OUTROS		R\$ 22.075,52	1,2188398	1,22	R\$ 32.825,95
28	(200020001104)	ASSOC. RECREATIVA DOS SUBTENENTES E SARG. - PMES	SUBTENENTES E SARGENTOS	R\$ 21.642.056,63	1,2188398	1,22	R\$ 32.181.403,96
29	(200030000030)	ATTILA B. DE F. JUNIOR E OUTROS		R\$ 830.015,67	1,2188398	1,22	R\$ 1.234.220,48
30	(200090000070)	MARGARETH MARA F. F. E OUTROS		R\$ 2.083.095,95	1,2188398	1,22	R\$ 3.097.531,51
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 338.791.942,90</b>			<b>R\$ 503.778.386,79</b>

## PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 27. Patrimônio Líquido

#### 27.1. Participação de Não Controladores

Do valor relativo ao Patrimônio Líquido da Centrais de Abastecimento do Espírito Santo - CEASA, 3,80% refere-se à participação de não controladores.

#### 27.2. Ajustes de Exercícios Anteriores

Os valores contabilizados no exercício 2018 diretamente nas contas contábeis de "Ajustes de Exercícios Anteriores", no montante de R\$ 6.548.230.152,56, são decorrentes de: mudanças de políticas contábeis; e ajustes decorrentes de omissões e erros cometidos em exercícios anteriores.

Do montante contabilizado em "Ajustes de Exercícios Anteriores", destaque-se o valor aproximadamente de R\$ 5,1 bilhões relativo a inscrições de dívida ativa, registrado na Unidade Gestora 800102 (Encargos Gerais – SEFAZ). A mudança de critério contábil em registrar diretamente no PL se deu pelo fato do sistema de arrecadação SIT não dispor de informações pormenorizadas dos fluxos de movimentação, evidenciando a competência dos créditos tributários inscritos. Em consulta à STN, somente deveria ser registrado em VPA aquelas inscrições relativas ao exercício corrente, informação essa não disponibilizada pelo citado sistema.

### 28. Quadro do Superávit / Déficit Financeiro

Para fins de apuração do "Quadro do superávit/déficit financeiro", no saldo da conta 821110000 – Disponibilidade por Destinação de Recurso (DDR) foram acrescentados os "créditos a receber (conta 112220100)" e as "contribuições do RPPS a receber - Patronal (conta 113620101)". Sendo assim, a equação contábil citada no MCASP 7ª edição, parte IV - PCASP, item 3.5.3.3, página 360, passa ter a seguinte estrutura:

Vitória (ES), Sexta-feira, 29 de Março de 2019.

41

Saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 + (mais) o saldo das contas "créditos a receber (conta 112220100)" e "contribuições do RPPS a receber - Patronal (conta 113620101)" = Soma dos saldos das contas (de classes 1 e 2 com atributo "F"; 6.2.2.1.3.01.00 e 6.3.1.1.0.00.00).

### 29. Ativos Contingentes

O montante de R\$ 4.175.464.963,03 registrado na conta contábil 711910590 - OUTROS ATIVOS CONTINGENTES, na Unidade Gestora 800102 (Encargos Gerais - SEFAZ), refere-se ao estoque de Certidões de Dívidas Ativas (CDAs) que se encontram na condição de "suspensas" e "em garantia" nos valores de R\$ 2.404.098.257,01 e R\$ 1.771.366.706,02, respectivamente.

Já o valor de R\$ 1.411.577,07 registrado na conta contábil 711910510 - AUTOS DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÕES DE DÉBITO PENDENTES DE RECURSO, na Unidade Gestora 800102 (Encargos Gerais - SEFAZ), refere-se ao estoque de Notificações de Débitos e Avisos de Cobranças com "exigibilidade suspensa".

### 30. Passivos Contingentes

O montante de R\$ 50.722.090,10 registrado na conta contábil 741130100 - AVAIS E GARANTIAS CONCEDIDAS, na Unidade Gestora 800102 (Encargos Gerais - SEFAZ), refere-se a garantia do Estado do Espírito Santo concedida ao contrato de financiamento nº 0346.616-59, firmado entre a Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN e a Caixa Econômica Federal (CEF).

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

### 31. Impostos e Transferências

A seguir, apresentam-se os valores das principais classes de tributos e transferências que compõem as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA).

	R\$	
	2018	2017
<b>IMPOSTOS</b>		
IMPOSTO S/ A RENDA E PROV.DE QUALQUER NAT.	679.373.347,82	613.611.913,22
ITCD	72.361.859,25	65.666.788,46
IPVA	512.944.887,25	482.844.059,23
ICMS	10.056.984.304,21	9.045.423.297,76
(-) RESTITUIÇÃO DE RECEITAS	-1406.496,17	-745.694,71
(-) IRRF PF	-45.705,63	-1613,37
(-) IRRF PJ	-251.714,90	-7.794,87
(-) IPVA	-181.728,43	-396.918,31
(-) ITCD	-927.347,21	-339.368,16
(-) RESTITUIÇÃO DE RECEITAS - ICMS	-344.255,30	-1.620.686,13
<b>TOTAL</b>	<b>11.319.913.647,06</b>	<b>10.205.179.677,83</b>

Fonte: SIGEFES

	R\$	
	2018	2017
<b>TAXAS</b>		
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	106.506.263,05	95.363.891,84
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	503.810.899,92	484.356.456,27
EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	50.697.028,81	51.532.745,23
(-) RESTITUIÇÃO DE RECEITAS	-655.282,45	-485.673,92
<b>TOTAL</b>	<b>660.358.909,33</b>	<b>630.767.419,42</b>

Fonte: SIGEFES

	R\$	
	2018	2017
<b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS</b>		
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	24.506.490,94	10.049.045,57
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	5.472.759.331,19	4.727.589.229,60
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	191.413.841,53	141.268.101,97
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	45.576,10	104.906,81
<b>TOTAL</b>	<b>5.688.725.239,76</b>	<b>4.879.011.283,95</b>

Fonte: SIGEFES

### 32. Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial consolidado do período foi negativo de R\$ 4.540.719.859,45. Grande parte desse resultado foi decorrente do "Ajuste para Perdas em Dívida Ativa Tributária", no montante de R\$ 5.398.961.117,48, registrado na Unidade Gestora 800102 - ENCARGOS GERAIS - SEFAZ, contribuindo significativamente para o déficit patrimonial do período.

### 33. Variações Patrimoniais Qualitativas

As Variações Patrimoniais Qualitativas correspondem às incorporações e desincorporações de ativos, bem como às incorporações e desincorporações de passivos, não afetando o resultado patrimonial do período. Para fins de elaboração da Demonstração das

Variações Patrimoniais Qualitativas (quadro abaixo), foram consideradas apenas as variações qualitativas decorrentes das receitas e despesas de capital, tendo por base a relevância da informação.

R\$		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS	2018	2017
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	1.100.267.545,83	871.837.637,62
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO	290.150.441,20	233.425.908,92
INCORPORAÇÃO DE PASSIVO	61.324.082,54	88.870.091,22
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	11.649.488,61	17.312.375,54

Fonte: SIGEFES

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

### 34. Caixa e Equivalentes de Caixa

A disponibilidade é composta por caixa e equivalentes de caixa. O saldo de caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Os equivalentes de caixa são as aplicações financeiras de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor; e a receita orçamentária arrecadada que se encontra em poder da rede bancária em fase de recolhimento.

Na DFC não estão computados os valores de "Depósitos e Cauções", "Penas Pecuniárias", "Conta Especial de Precatórios", "Valores a Repassar - DETRAN", "Depósitos do IPAJM", "Pecúlio Presidiários", e "Parcelamento de Dívida Ativa", pois são recursos não utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento.

Dos valores de caixa e equivalentes de caixa constantes na DFC, a quantia de R\$ 3.805.183.861,80 está aplicada em fundos de investimentos de renda fixa e variável pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS). Vale ressaltar, que as aplicações do Fundo Previdenciário estão enquadradas nos seguintes normativos: Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações; e Portaria MPS nº 519/2011 e alterações.

### Quadro Demonstrativo de Caixa e Equivalentes de Caixa da DFC

R\$		
	2018	2017
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.930.273.882,80	2.618.326.948,17
INVESTIMENTOS E APLIC. TEMPORÁRIAS A CP	155.258.438,39	140.597.691,77
INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO PRAZO	3.100.821.117,14	2.473.140.053,86
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL</b>	<b>6.186.353.438,33</b>	<b>5.232.064.693,80</b>

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.148.418.249,05	2.930.273.882,80
INVESTIMENTOS E APLIC. TEMPORÁRIAS A CP	185.199.962,03	155.258.438,39
INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO PRAZO	3.635.845.479,52	3.100.821.117,14
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>6.969.463.690,60</b>	<b>6.186.353.438,33</b>

Fonte: SIGEFES

### Tabela Demonstrativa de Caixa e Equivalentes de Caixa das Demonstrações Contábeis

R\$			
BALANÇO PATRIMONIAL e BALANÇO FINANCEIRO	2018	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	2018
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.148.418.249,05	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.148.418.249,05
		INVESTIMENTOS E APLIC. TEMPORÁRIAS A CP	185.199.962,03
		INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO PRAZO	3.635.845.479,52
<b>TOTAL</b>	<b>3.148.418.249,05</b>	<b>TOTAL</b>	<b>6.969.463.690,60</b>

Fonte: SIGEFES

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

### 35. Variação do Patrimônio Líquido no Período

A alteração do Patrimônio Líquido (Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido) ocorrida no exercício de 2018, em comparação com o ano de 2017, foi de R\$ 2.007.510.293,11. Parte dessa variação se refere ao resultado patrimonial de 2018 apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais, no montante de (R\$ 4.540.719.859,45); outra parte, cujo valor é de R\$ 6.548.230.152,56, refere-se aos ajustes de exercícios anteriores.

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

### 36. Detalhamento das Receitas e Despesas Intraorçamentárias

Vitória (ES), Sexta-feira, 29 de Março de 2019.

43

Na tabela a seguir, apresenta-se o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias:

RECEITAS CORRENTES REALIZADAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	2018	DESPESAS EMPENHADAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	2018
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.510.830.391,36	DESPESAS CORRENTES	2.534.790.620,73
RECEITA INDUSTRIAL	7.182.917,54	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.511.922.773,04
RECEITA DE SERVIÇOS	12.958.708,39	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.867.847,69
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	442.942,48	DESPESAS DE CAPITAL	225.355,38
		INVESTIMENTOS	225.355,38
<b>TOTAL</b>	<b>2.531.414.959,77</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.535.015.976,11</b>

Fonte: SIGEFES

**37. Superávit Financeiro Utilizado para Financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente**

Do montante de R\$ 1.564.458.015,22 proveniente de créditos adicionais abertos por superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2017, o valor de R\$ 1.230.252.334,09 foi executado conforme discriminado abaixo:

GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	2018
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	147.216.887,36
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4.933.705,79
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	476.951.135,29
INVESTIMENTOS	595.852.115,24
INVERSÕES FINANCEIRAS	5.298.490,41
<b>TOTAL</b>	<b>1.230.252.334,09</b>

Fonte: SIGEFES

**38. Detalhamento das Despesas Executadas por Tipos de Créditos**

Do valor de R\$ 16.114.437.956,40 empenhado no exercício de 2018, R\$ 13.799.734.289,92 refere-se a créditos iniciais consignados na Lei Orçamentária Anual do referido exercício, R\$ 2.211.929.621,09 a créditos suplementares e R\$ 102.774.045,39 a créditos especiais, conforme levantamento elaborado pela Secretaria de Estado de Economia e Planejamento - SEP.

**39. Previsão Atualizada**

Do montante de R\$ 18.026.570.330,82 apresentado na coluna "previsão atualizada", R\$ 16.870.875.451,00 refere-se à previsão inicial da receita e R\$ 1.155.694.879,82 à abertura de crédito adicional por excesso de arrecadação.

**40. Dotação Atualizada**

A coluna "dotação atualizada" demonstra a dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício de referência e às atualizações monetárias efetuadas após a data da publicação da LOA, deduzidas das respectivas anulações e cancelamentos. Assim, do montante de R\$ 19.592.129.656,11 apresentado na respectiva coluna, R\$ 16.870.875.451,00 refere-se à dotação inicial, R\$ 1.564.458.015,22 à abertura de crédito adicional por superávit financeiro, R\$ 1.101.310,07 a créditos especiais reabertos e R\$ 1.155.694.879,82 à abertura de crédito adicional por excesso de arrecadação.

**41. Resultado Orçamentário**

O resultado orçamentário do período foi superavitário em R\$ 483.339.893,70, e é obtido por meio da diferença entre a receita arrecadada no período (R\$ 16.597.777.850,10) e a despesa empenhada (R\$ 16.114.437.956,40). Grande parte desse resultado foi decorrente do superávit orçamentário da Unidade Gestora 600211 - Fundo Previdenciário, no montante de R\$ 553.680.887,43, contribuindo significativamente para o resultado do período. Vale ressaltar que caso fosse deduzido o superávit orçamentário pertinente ao respectivo Fundo, o resultado orçamentário seria um déficit no valor de R\$ 70.340.993,73.

**BALANÇO FINANCEIRO****42. Deduções das Receitas Orçamentárias**

As deduções das receitas orçamentárias são representadas pelas transferências constitucionais e legais aos municípios e ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização da Educação - FUNDEB, bem como pelas restituições de receitas e pelos rendimentos negativos de aplicações financeiras, conforme valores demonstrados abaixo:

	R\$	
	2018	2017
<b>DEDUÇÕES DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>		
<b>(-) DEDUÇÕES POR RESTITUIÇÃO DE RECEITAS</b>	<b>10.855.997,30</b>	<b>57.347.447,12</b>
101 RECURSOS ORDINÁRIOS	8.403.910,67	10.373.385,76
102 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	0,00	364,94
104 AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	3.233,10	0,00
115 ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	245.400,00
131 COTA PARTE ESTADUAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	689,57	0,00
133 CONVÊNIO UNIÃO	177.640,06	68.631,82
134 INCENTIVO SUS UNIÃO	24.849,57	1.149,99
142 OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	34.254,32	45.130.154,26
167 INCENTIVO SUAS UNIÃO	12.311,62	0,00
169 TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A FUNDOS	1.083.625,74	28.091,29
270 RECURSOS DA PREVIDÊNCIA	196.028,72	606.641,00
271 ARRECADADO PELO ÓRGÃO	919.375,21	878.659,41
272 CONVÊNIO COM ÓRGÃOS FEDERAIS	41,70	310,34
273 CONVÊNIO COM ÓRGÃOS NÃO FEDERAIS	0,00	9.344,14
274 TRANSFERÊNCIA DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	37,02	1.850,06
671 SUPERÁVIT FINANCEIRO ARRECADADO PELO ÓRGÃO	0,00	3.464,11
<b>(-) DEDUÇÕES POR TRANSFERÊNCIA AOS MUNICÍPIOS</b>	<b>3.017.075.068,64</b>	<b>2.725.039.202,81</b>
136 TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS A MUNICÍPIOS	2.868.108.106,15	2.612.951.366,35
144 TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS CIDE	7.200.585,80	8.985.767,41
164 TRANSFERÊNCIA A MUNICÍPIOS ROYALTIES LEI 8.308/06	141.766.376,69	103.102.069,05
<b>(-) DEDUÇÕES DE FUNDEB</b>	<b>1.928.214.937,35</b>	<b>1.757.165.889,49</b>
101 RECURSOS ORDINÁRIOS	1.928.214.937,35	1.757.165.889,49
<b>(-) RETIFICAÇÕES</b>	<b>2.65.758,28</b>	<b>0,00</b>
101 RECURSOS ORDINÁRIOS	2.439,57	0,00
271 ARRECADADO PELO ÓRGÃO	263.318,71	0,00
<b>(-) OUTRAS DEDUÇÕES</b>	<b>52.273.298,41</b>	<b>7.983.261,84</b>
270 RECURSOS DA PREVIDÊNCIA	52.273.298,41	7.983.261,84
<b>TOTAL</b>	<b>5.008.685.059,98</b>	<b>4.547.535.801,26</b>

Fonte: SIGEFES

### 43. Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

Na tabela a seguir, são apresentadas as "Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas" para execução orçamentária:

	R\$			
	2018	2017	2018	2017
<b>TRANSF. FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>			<b>TRANSF. FINANCEIRAS CONCEDIDAS</b>	
COTA FINANCEIRA RECEBIDA	7.917.282.943,76	6.786.514.281,22	COTA CONCEDIDA	7.917.282.943,76
REPASSE RECEBIDO	156.142.880,83	128.290.724,66	REPASSE CONCEDIDO	156.142.880,83
SUB REPASSE RECEBIDO	630.191.748,31	530.913.226,02	SUB REPASSE CONCEDIDO	630.191.748,31
DEVOLUÇÃO DE COTA RECEBIDA	268.072.666,83	206.247.726,40	DEVOLUÇÃO DE COTA CONCEDIDA	268.072.666,83
DEVOLUÇÃO DE REPASSE	854.531,21	746.953,19	DEVOLUÇÃO DE REPASSE CONCEDIDO	854.531,21
DEVOLUÇÃO DE SUB-REPASSE RECEBIDO	6.619.072,92	866.900,40	DEVOLUÇÃO DE SUB-REPASSE CONCEDIDO	6.619.072,92
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 93/2016	96.821.865,43	66.999.732,14	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 93/2016	96.821.865,43
LEI COMPLEMENTAR Nº 833/2016	3.000.000,00	0,00	LEI COMPLEMENTAR Nº 833/2016	3.000.000,00
CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS	619.794,46	0,00	CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS	619.794,46
DEVOLUÇÃO DE RENDIMENTOS DE DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	22.210,83	18.358,60	DEVOLUÇÃO DE RENDIMENTOS DE DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	22.210,83
<b>TOTAL</b>	<b>9.079.627.714,58</b>	<b>7.720.597.902,63</b>	<b>TOTAL</b>	<b>9.079.627.714,58</b>

Fonte: SIGEFES

### 44. Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS

No decorrer do exercício de 2018 foram transferidos ao Fundo Financeiro, para fins de cobertura de insuficiências financeiras, o montante de R\$ 2.150.353.850,82, sendo R\$ 1.950.848.488,27 de forma orçamentária (aporte do Poder Executivo e Tribunal de Contas) e R\$ 199.505.362,55 de forma extraorçamentária (aporte dos demais poderes).

Do montante de R\$ 200.915.144,91 apresentado na linha "transferências recebidas para aportes de recursos para o RPPS", R\$ 199.505.362,55 refere-se aos valores transferidos ao Fundo Financeiro para cobertura de insuficiências financeiras e R\$ 1.409.782,36 transferidos ao Fundo Previdenciário para recomposição financeira do abono pecuniário especial.

### 45. Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

	R\$			
	2018	2017	2018	2017
<b>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS</b>			<b>INGRESSOS</b>	<b>DISPÊNDIOS</b>
DEP. E CAUÇÕES RELAT. A CONTR. OU CONV.	2.165.234,16	20.519.659,03	24.884.452,91	2.165.234,16
MANDADOS DE SEQUESTRO AGUARDANDO REGULARIZAÇÃO	54.560,57	59.226,92	79.379,08	54.560,57
PENAS PECUNIÁRIAS	11.335.194,17	11.245.043,26	13.899.624,63	11.335.194,17
CONTA ESPECIAL - PRECATÓRIOS	219.559.115,31	329.338.080,73	213.817.556,88	219.559.115,31
VALORES A REPASSAR - DETRAN	58.062.495,65	50.919.653,23	67.741.184,51	58.062.495,65
DEPÓSITOS DO IPAJM	0,00	227.030,90	0,00	0,00
PECÚLIO PRESIDÁRIOS	1.294.617,06	1.211.954,80	1.361.767,13	1.294.617,06
VALORES BLOQUEADOS EM CONTAS BANCÁRIAS	102.745,09	0,00	54.525,12	102.745,09
PARCELAMENTO DE DÍVIDA ATIVA	234.397,46	263.313,50	635.391,71	234.397,46
<b>TOTAL</b>	<b>312.298.359,47</b>	<b>413.783.962,37</b>	<b>322.473.881,97</b>	<b>312.298.359,47</b>

Fonte: SIGEFES

### 46. Resultado Financeiro

O resultado financeiro evidenciado no Balanço Financeiro foi de R\$ 793.285.774,77 e corresponde à variação das disponibilidades no final do ano (R\$ 7.291.937.572,57) e no início do ano (R\$ 6.498.651.797,80).